

Relatório de Atividades 2021

● Expediente

Governador do Estado
Eduardo Leite

Secretário de Estado da Fazenda
Marco Aurelio Santos Cardoso

Secretário Adjunto da Fazenda
Jorge Luis Tonetto

Contador e Auditor-Geral do Estado
Rogério da Silva Meira

Subsecretários Adjuntos da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado
Gilberto Fonseca Raymundo
Carlos Geminiano Rocha Rodrigues
Antônio Carlos Ferreira Kehrwald

Coordenação de Gabinete
Viviane Wagner

Gabinete
Priscilla Mendes Machado Matos

Chefes de Divisão

Divisão de Controle da Administração Direta (DCD)
Jociê Rocha Pereira

Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI)
Eduardo de Oliveira Garcia

Divisão de Informações Estratégicas (DIE)
Liege Munhós de Campos

Divisão de Estudos e Orientação (DEO)
Luiz Felipe Corrêa Noé

Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC)
Felipe Severo Bittencourt

Divisão de Tecnologia da Informação (DTI)
Sílvia Lauer

Assessorias

Assessoria de Planejamento
Marcos de Oliveira Ramos
Marcus Guttler Pizzato

Assessoria de Comunicação
Fernando Beltrão de Castro Jobim
Gisele Gonçalves

A Cage



A Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) é órgão central do sistema de controle interno do estado do Rio Grande do Sul, com funções institucionais junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, junto ao Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado (TCE).

A Cage exerce suas funções institucionais nas áreas de Controladoria, Contabilidade, Auditoria, Integridade, Compliance, Transparência e Controle Social, englobando a Administração Direta e Indireta do Estado.



Palavra do Contador e Auditor-Geral do Estado

Apresenta-se o Relatório de Atividades, relativo ao ano de 2021, em especial à sociedade gaúcha e ao Governo do Estado, a fim de que bem possa ser conhecido e avaliado o quanto a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) atuou, nesse período, para cumprir a magna missão que lhe foi constitucionalmente conferida.

A gestão do sistema de controle interno do Estado constitui múnus de elevada complexidade, tendo-se em conta, sobretudo, a expressiva estrutura e o patrimônio da Administração Estadual, o volume de transações que realiza em cada exercício, e os recursos que movimenta para tanto. Tal estrutura compreende, atualmente, 37 órgãos, 62 fundos especiais, 10 autarquias, 12 fundações, e 16 empresas. Desconsiderados os saldos destas últimas, ao final de 2021, os ativos patrimoniais totalizaram R\$ 70,3 bilhões; e os passivos, R\$ 359,4 bilhões; enquanto que, no exercício, foram registrados R\$ 73,5 bilhões em receitas, e R\$ 71 bilhões em despesas. Isso tudo foi ou está submetido, em alguma medida, a determinados controles, cujo fortalecimento cabe à Cage promover e/ou assegurar.

No intuito de lograr ainda mais efetividade no desempenho das macrofunções de contabilidade, controladoria, auditoria, orientação, combate à corrupção, integridade e transparência, o Órgão dedicou-se, em 2019, a definir o seu mapa estratégico para o quadriênio que findará em 2022, processo este em que reafirmou seu propósito e missão nos seguintes termos:

Propósito: Qualificar a gestão pública para a realização dos seus objetivos em prol do bem-estar da sociedade gaúcha.

Missão: Promover a boa governança dos recursos públicos por meio de orientação, controle, combate à corrupção e estímulo ao controle social.

Assim como nos anos anteriores, o referido mapa estratégico orientou a elaboração do planejamento das metas e ações para 2021, atividade que também se buscou aperfeiçoar, a fim de que fossem alcançados maiores níveis de otimização da sua força de trabalho e dos demais recursos.

Os principais resultados obtidos no período, além de informações quanto à história, à estrutura e ao quadro de pessoal da Cage são descritos, pois, neste Relatório, o qual é apresentado sob os seguintes tópicos:

- Institucional e Governança;
- Orientação ao Gestor Público;
- Controle Interno;
- Auditoria;
- Contabilidade;
- Integridade, Compliance e Combate à Corrupção;
- Transparência e Controle Social;
- Pessoas e Conhecimento.

Cabe ressaltar que as seis Divisões integrantes de sua estrutura desempenham atividades rotineiras, inadiáveis e imprescindíveis à gestão do Estado. Não obstante e sem exceção, tais Unidades incumbiram-se de prosseguir e/ou finalizar projetos estruturantes, seja para a otimização de processos ou para o fortalecimento de controles.

O conjunto dessas realizações certamente constituem motivo de orgulho a todos os colaboradores que compuseram a força de trabalho da Cage no período em tela. A todos, manifesto meu agradecimento pelo comprometimento e pela competência demonstrados na busca de soluções ainda mais efetivas para a qualificação do sistema do controle interno do Estado.

Rogério da Silva Meira,

Contador e auditor-geral do Estado

● Sumário

7 Institucional e Governança

- 8 Linha do Tempo
- 9 Estrutura Organizacional
- 10 Mapa Estratégico
- 11 Conselho Superior da Cage
- 13 Cage no Conaci
- 15 Cage News
- 16 Comunicação
- 19 Profisco II
- 20 Projetos Estratégicos
- 21 Projeto de Reestruturação
- 23 Mina

24 Orientação ao Gestor Público

- 25 Expedientes Atendidos
- 26 Manual de Orientação do Gestor Público
- 27 Pesquisa Satisfação DCI
- 28 Normativos
- 29 Sincage
- 30 Plantão CASP
- 31 Grupo Setorial de Custos (GSC)

32 Controle Interno

- 33 Qualificação das Ações de Controle
- 34 Modernização de Processos
- 35 Melhorias no Sistema FPE
- 36 Execução Despesa e Receita
- 37 Módulo Convênio e Parcerias
- 38 Módulo de Contratos

- 39 Benefícios Gerados
- 40 CAGE Gerencial

43 Auditoria

- 44 Controle da Administração Direta
- 47 Auditoria Eficiente
- 48 Manual de Auditoria
- 49 Controle da Administração Indireta
- 51 Portal DCI

52 Contabilidade

- 53 Balanço Geral do Estado
- 54 Qualificação Contábil
- 55 Guia de Lançamentos Contábeis
- 56 Orientação Contábil
- 57 Eventos

59 Integridade, Compliance e Combate à Corrupção

- 60 Integridade e Lei Estadual Anticorrupção
- 61 Programa Nacional de Prevenção à Corrupção

62 Transparência e Controle Social

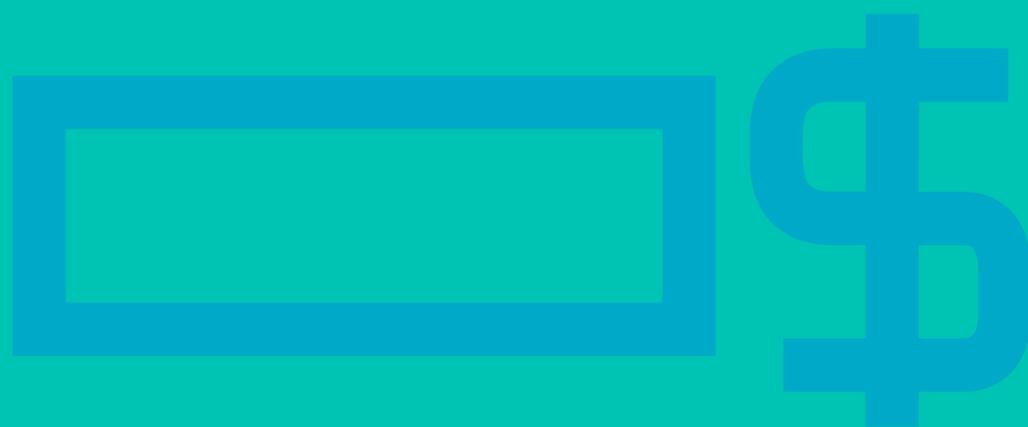
- 63 Portal da Transparência RS
- 65 Portal Convênios e Parcerias RS
- 66 Convênios e Parcerias RS
- 67 Lei de Acesso à Informação

68 Pessoas e Conhecimento

- 69 Pessoas

- 70 Evolução do Quadro
- 71 Reposição do Quadro de Pessoal
- 72 Auditores da CAGE
- 73 Técnicos da CAGE
- 74 Capacitação
- 75 Capacitação Pessoal
- 76 Capacitação Interna
- 78 Promoção do Conhecimento
- 80 Certificação e Reconhecimento
- 81 Grupos de Trabalho (Internos)
- 84 Grupos de Trabalho (Externos)
- 88 CAGE Presente e Futuro

Institucional e Governança



Nascimento

Criada em 28 de dezembro de 1948, por meio da Lei nº 521, a Contadoria - Geral do Estado nasceu com intuito de conferir maior agilidade e confiabilidade às informações contábeis, uniformizando procedimentos e harmonizando a atuação dos órgãos estaduais. Além das atividades próprias da contabilidade, a Contadoria já exercia, à época, funções típicas de controle interno, como colaboração com o Tribunal de Contas.



Criação do Sistema de Contabilidade e Auditoria do RS

Foi instituído, após 22 anos de criação da Contadoria-Geral do Estado, por meio do Decreto nº 20.193 de 1970, o Sistema de Contabilidade e Auditoria do Estado do RS, que tinha como órgão central a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado. A ocasião marcou a mudança de denominação do órgão, e institucionalizou a função de auditoria com a criação da Divisão de Auditoria.



Lei Orgânica

Publicada a Lei Complementar nº 13.451, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, estabelecendo suas funções institucionais e organização, e disciplina o regime jurídico do cargo da carreira de auditor do Estado.



1948

1949

1970

1989

2010

2020



Avanço

A Lei nº 731 criou o quadro de pessoal da Cage, inicialmente composto por contadores, guarda-livros e auxiliares de contabilidade.



Constituição Estadual

A Constituição Estadual, promulgada em 3 de outubro de 1989, em seu artigo 76, atribuiu à Cage a responsabilidade de coordenar o sistema de controle interno do RS. Determinou, ainda, que sua atuação se daria junto às unidades administrativas dos três Poderes estaduais, o que é uma peculiaridade da Constituição gaúcha.

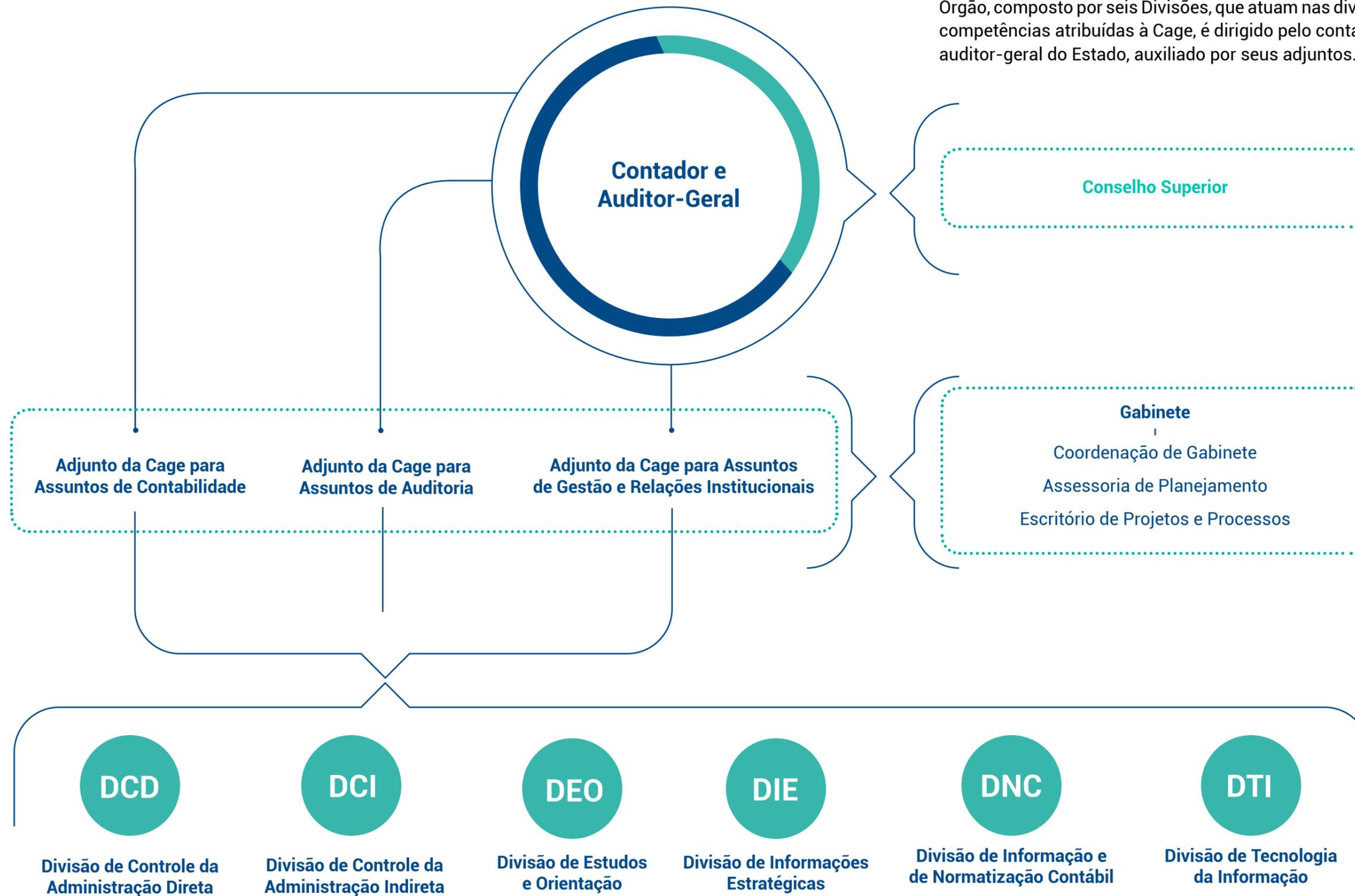


Atualização da Estrutura Administrativa

Visando a um maior alinhamento aos processos e níveis de governança atuais, à sua Lei Orgânica e ao seu planejamento estratégico, a estrutura administrativa da Cage e as competências de suas unidades administrativas foram atualizadas através das publicações do Decreto Estadual nº 55.290/2020 e da Portaria Sefaz nº 26/2020.

● Estrutura Organizacional

Na estrutura organizacional do Estado, a Cage é uma das três subsecretarias integrantes da Secretaria da Fazenda. O Órgão, composto por seis Divisões, que atuam nas diversas competências atribuídas à Cage, é dirigido pelo contador e auditor-geral do Estado, auxiliado por seus adjuntos.



Mapa estratégico



Conselho Superior da Cage

O Conselho Superior da Cage foi instituído à luz da Lei Orgânica da Cage (LC nº 13.451/2010). As atribuições vão desde manifestar-se sobre o exercício da atividade dos auditores do Estado, em especial em processos de ética funcional e disciplinar, até propor iniciativas para qualificar a atuação do órgão responsável pelo controle interno estadual. Da sua composição: três membros são indicados pelo contador e auditor-geral do Estado, e os outros quatro são eleitos pelos servidores do quadro. O Cage e os adjuntos completam o Colegiado, totalizando 11 membros.

Composição do Conselho

Auditores do Estado



Dionísio de Souza Nascimento da Silva



Guilherme das Neves Teixeira



Guilherme Pinto de Lima



Liege Munhós de Campo



Vera Rejane Goulart Gonçalves

Auditor-fiscal da Receita Estadual



Eduardo de Oliveira Garcia



Ivan Heitor Silva

Ivan Heitor Silva foi indicado ao Conselho Superior da Cage, e tomou posse em 24 de fevereiro de 2021. Ele ocupou a vaga deixada pelo também auditor-fiscal da Receita Estadual, Sérgio Luiz Buchmann.

Saiba mais sobre a posse em: <https://fazenda.rs.gov.br/conteudo/14906/membro-indicado-tomou-posse-no-conselho-superior-da-cage/termosbusca=mei>

Presidente do Colegiado



Contador e auditor-geral do Estado, Rogerio da Silva Meira

Adjuntos



Antônio Carlos Ferreira Kehrwald



Carlos Geminiano Rocha Rodrigues



Gilberto Fonseca Raymundo

● Conselho Superior da Cage

Atos do Conselho Superior

Em 2021, o Conselho se reuniu em 10 oportunidades, um encontro por mês, para apreciação e deliberação dos seguintes temas:

- Revisão do regimento interno do Conselho Superior (instituído pela Portaria Cage nº 39/2012);
- Concessão de licença a servidores para qualificação profissional;
- Concessão de gratificação de permanência a servidores;
- Cedência de servidores a outros órgãos do Estado;
- Apurar a confirmação na carreira de auditores do Estado em estágio probatório;
- Reexame de matérias conflitantes com vistas a manter a unidade de orientação da Cage;
- Outros temas relativos à estrutura da Cage e à carreira de auditor do Estado.

Cage no Conaci

A Cage, representada pelo contador e auditor-geral do Estado, Rogerio da Silva Meira, integra o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), formado por representantes de órgãos de controle interno de estados e municípios brasileiros.

Por uma questão de segurança, ainda devido à pandemia de Covid-19, a 37ª e a 38ª reuniões técnicas do Conaci foram realizadas na modalidade virtual. A retomada dos encontros presenciais ocorreu na 39ª RTC, realizada em Curitiba, no Paraná. Já a 40ª RTC, em Goiânia, no estado de Goiás, e o XVII Encontro Nacional de Controle Interno, promovido pelo Conaci e pela Controladoria-Geral da União (CGU), aconteceram de forma híbrida.

Sobre o Conaci

O Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) promove a integração dos órgãos responsáveis pelo controle dos gastos públicos atuantes no Brasil, beneficiando a sociedade, estados e o país. Atua por meio do intercâmbio de conhecimentos, práticas e informações, exercendo um papel mobilizador fundamental para a construção de uma gestão pública mais eficiente e assertiva, criando e promovendo sistemas de controle.

37ª RTC

30 de março
Modalidade: virtual

38ª RTC

29 de junho
Modalidade: virtual



39ª RTC

30 de setembro e 1º de outubro
Curitiba/PR

40ª RTC

2 e 3 de dezembro
Modalidade: híbrida

Pela primeira vez em 40 edições, o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), o qual a Cage é membro, transmitiu a abertura da sua Reunião Técnica. O evento ocorreu na cidade de Goiânia/GO, e pode ser acompanhado por meio virtual. O professor Clóvis de Barros Filho fez a abertura. Ele palestrou sobre o tema "Valores e Liderança na Gestão".

XVII Encontro Nacional de Controle Interno

30 de setembro a 1º de outubro

Em virtude da manutenção das medidas de restrição devido à pandemia, a edição de 2021 do Encontro Nacional de Controle Interno, realizado em Curitiba, no Paraná, foi restrita a membros do Conselho. Todos os protocolos de segurança, recomendados pela Organização Mundial da Saúde, foram adotados no evento. Interessados nos temas puderam acompanhar o encontro de forma virtual.

XVII ENCONTRO NACIONAL DE CONTROLE INTERNO

RESERVE ESTA DATA
30 DE SETEMBRO E 1 DE OUTUBRO

CURITIBA - PR

● Cage no Conaci

Agenda do Conaci

Iniciativas promovidas, ao longo de 2021, pelo Conaci em parceria com a Cage e demais controladorias que integram o Conselho Nacional de Controle Interno.

Cursos e publicações

- Treinamento sobre o "Modelo IA-CM", e Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Lançamento do segundo livro do Conaci, intitulado "Controle Interno Contemporâneo", uma coletânea dos melhores artigos submetidos no I Concurso Nacional de Artigos Científicos do Conselho.

Webinários

- Conectados com o Controle;
- 5ª Semana de Controle da Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF);
- Seminário Internacional de Enfrentamento à Corrupção no Brasil;
- O papel do controle interno e externo na Amazônia: infraestrutura, meio ambiente e uso da terra;
- 1º Congresso Internacional de Controle Interno e Auditoria.

Reuniões

- Participação em diversas reuniões do *Pempal - Public Expenditure Management Peer Assisted Learning*, em que foram tratados temas como os desafios e boas práticas na implementação do controle interno no contexto da pandemia; a auditoria interna na recuperação pós-pandêmica", com foco nos serviços de consultoria, auditoria ágil e comitês de auditoria; e a apresentação de produtos de conhecimento na implementação da auditoria interna e de controles internos no setor público.

Colaboração

- Apoio ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), adotado pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), com coordenação e execução da Rede de Controle nos Estados, e patrocínio da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU);
- Colaboração com o projeto "Avaliação sobre Governo Aberto no Brasil", da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE);
- Tratativas para a disponibilização às controladorias do Sistema E-Aud, desenvolvido pela Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (CGU) para a gestão da atividade de auditoria interna governamental;
- Recepção de um novo membro titular (CGM/Goiânia) e de quatro novos membros associados (Câmara Municipal de Campinas/SP, Secretaria Municipal de Controle e Transparência de Vila Velha/ES, Prefeitura de Caruaru/PE e Prefeitura de Blumenau/SC).

CAGE News

O número de newsletter enviadas aumentou consideravelmente em relação ao ano anterior. Foram **240** edições do Cage News distribuídas, **66** edições a mais que em 2020. Esse dado demonstra a consolidação desse instrumento de comunicação, cuja função principal é informar não apenas os servidores da Secretaria da Fazenda, mas a todos servidores estaduais que manifestarem interesse em receber o periódico. O espaço do periódico é reservado a notícias veiculadas na imprensa sobre questões que impactam as atividades do controle interno do Estado, e a publicidade de novas Leis ou Decretos que sejam de relevância aos servidores.



EDIÇÃO: 1980 | DATA: 29/12/2021

Câmara avança em projetos setoriais, mas adia reformas

Ao longo de 2021, quase 250 projetos foram analisados pela Câmara dos Deputados em plenário. Entre os principais temas abordados, as matérias de teor econômico e voltadas ao combate à pandemia de Covid-19 tiveram destaque na agenda.

[+ Leia mais](#)

Arrecadação com IPVA já supera os R\$ 800 milhões no RS

Com o prazo de possibilidade do pagamento antecipado e com desconto máximo do IPVA 2022 (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) encerrando nesta quinta-feira (30), o governo gaúcho já arrecadou cerca de R\$ 805 milhões com o tributo.

[+ Leia mais](#)

Sistema online de cartórios entra em vigor até 31 de janeiro de 2023

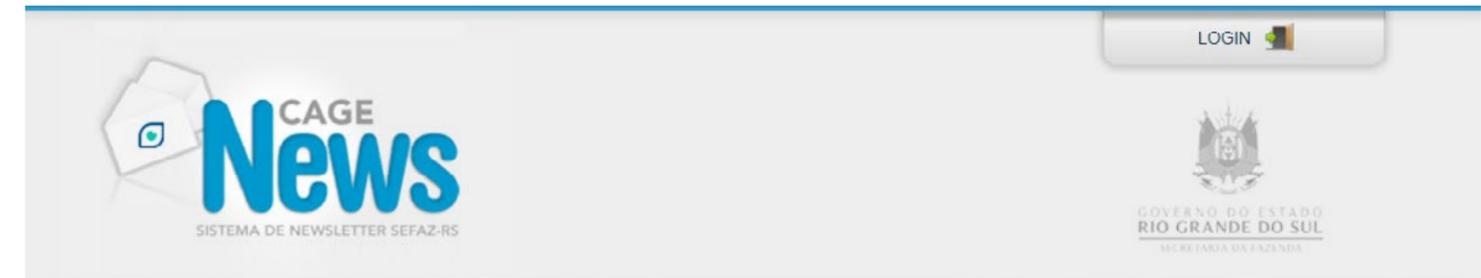
Medida permitirá que cidadãos consultem documentos, emitam certidões e realizem registros pela internet.

[+ Leia mais](#)

Estado pede adesão ao Regime de Recuperação Fiscal

Além de refinanciar a dívida com a União, governo apresenta proposta para quitar precatórios até 2029.

[+ Leia mais](#)



CLIQUE NA ÁREA QUE DESEJA NAVEGAR



CADASTRE-SE PARA RECEBER A NEWSLETTER

Nome

E-mail

ÁREAS:



BOLETINS:

- CAGE CAGE Informa CAGE Informa - Portal da CAGE
- NEWSLETTER DEO/CAGE

CADASTRAR

Para receber o periódico é necessário fazer cadastro em:

<https://cagenews.sefaz.rs.gov.br/>

Comunicação

Em 2021, a Assessoria de Comunicação da Cage (AscomCage) ampliou o portfólio de produtos institucionais, visando, sobretudo, valorizar as ações e realizações do seu quadro de pessoal no âmbito da Secretaria da Fazenda (Sefaz). Além de comunicar para o público interno (servidores da Sefaz, Receita Estadual e Tesouro do Estado), a AscomCage renova o objetivo de expandir a divulgação dos seus atos para o público externo, tendo como meta dar conhecimento dos benefícios gerados por sua atuação à administração pública e à sociedade gaúcha.

Portfólio 2021

Guia de Comunicação da Cage

O Guia de Comunicação institucional foi desenvolvido pela AscomCage no decorrer do último trimestre de 2020, e lançado em fevereiro de 2021. A peça foi elaborada para orientar, organizar e padronizar as ações de comunicação interna. A publicação deste documento digital consolida a primeira etapa do processo de comunicação da Cage previsto em seu Planejamento Estratégico. Ao mesmo tempo assinala o início da segunda fase em que se projeta expandir a comunicação do órgão de controle do Estado, alcançando novos públicos de interesse.



Informativo CAGE/DEO

A AscomCage reformulou o conteúdo e criou um novo *layout* para o Informativo CAGE/DEO, a partir do material organizado pela Divisão de Estudos e Orientação da Cage. O periódico foi integrado ao portfólio da AscomCage e passou a ser divulgado trimestralmente pelo e-mail institucional da Comunicação a todos os servidores da Subsecretaria.

INFORMATIVO DEO
O presente periódico objetiva informar aos servidores da CAGE o andamento das atividades recentemente desenvolvidas pela Divisão.

CAGE / ANO 1 / NÚMERO 1 / JANEIRO DE 2022

INFORMAÇÕES CAGE/DEO
Os resumos apresentados não constituem repertórios oficiais, sendo possível acessar o conteúdo na íntegra por meio do SIN-CAGE.

<p>INFORMAÇÃO CAGE/DEO Nº 30/2021</p> <p>Seccional da CAGE junto à Secretaria da Saúde. Diárias. Ressarcimento de despesas de alimentação. Deslocamentos de até 50 km da sede. Decreto nº 24.846/1976. Lei Complementar nº 10.098/1994. Lei Complementar nº 15.450/2020.</p> <p>Trata-se de consulta a respeito de possível divergência entre o art. 9º, §3º, da Lei Complementar nº 10.098/1994 (com a redação dada pela Lei Complementar nº 15.450/2020), e o art. 6º, §4º, do Decreto nº 24.846/1976. Não foram encontrados subsídios interpretativos no processo legislativo que resultou na LC nº 15.450/2020, tampouco o citado dispositivo legal foi objeto de parecer da Procuradoria-Geral do Estado ou de pronunciamentos de órgãos judiciais ou de controle. Matéria que se sugere seja enviada à Assessoria Jurídica da SEFAZ e, posteriormente, à PGE/RS.</p>	<p>INFORMAÇÃO CAGE/DEO Nº 31/2021</p> <p>SES. Programa ASSISTIR. Forma de repasse. Hospital Municipal. Informação CAGE/DEO nº 117/2012.</p> <p>Trata-se de consulta a respeito da forma adequada de repasse de recursos financeiros referentes ao Programa de Incentivos Hospitalares – ASSISTIR, instituído pelo Decreto nº 56.015/2021. Não é cabível a contratualização dos repasses referentes ao Programa ASSISTIR com Municípios que possuam gestão hospitalar própria, os quais devem ser transferidos de forma regular e automática, por meio de portaria, em conformidade com os critérios estabelecidos na legislação de regência.</p>
<p>INFORMAÇÃO CAGE/DEO Nº 32/2021</p> <p>DAER/RS. Convênio. Aumento de Custos. Reequilíbrio Econômico-Financeiro. Termo Aditivo.</p> <p>Trata-se de consulta a respeito da possibilidade de majoração dos valores repassados por meio do Convênio nº AJ/012/18, em decorrência de pedido do Município conveniente. Vislumbra-se a possibilidade de celebração de termo aditivo ao Convênio, desde que a) ou preveja que os custos adicionais sejam distribuídos de forma a respeitar a proporção da divisão inicial de recursos (aproximadamente 37% para o Município e 63% para o DAER); b) ou seja negociada entre os conveniados uma nova proporção específica para a divisão dos custos adicionais, observado o art. 2º, § 2º, da Lei nº 15.488/2020 – LDO. Consigna-se, pois, que não existe vedação absoluta à celebração de termo aditivo de valor ao convênio, devendo a gestão da Autarquia decidir com base em análise de sua área técnica, de forma a garantir que o interesse público seja atingido.</p>	<p>INFORMAÇÃO CAGE/DEO Nº 33/2021</p> <p>DTV/CAGE. ADMINISTRATIVO. Normativas Estaduais. Transparência. CADIN/RS. CFIL/RS.</p> <p>Trata-se de consulta a respeito da possibilidade de disponibilização, por meio de sistema de consulta pública, das informações constantes no CADIN/RS e no CFIL/RS. Não se verifica óbice, do ponto de vista legal, para a disponibilização de determinadas informações constantes dos citados cadastros para usuários externos mediante solução tecnológica para consulta, desde que haja regulamentação por meio de Decreto, de modo a constar previsão do referido sistema disponível a todos os usuários interessados e da emissão de certidão negativa ou positiva por meio deste.</p>
<p>INFORMAÇÃO CAGE/DEO Nº 34/2021</p> <p>DAER/RS. Terminais Rodoviários. Concessão. Licitante Individual. Integralização de Capital Social. Desnecessidade.</p> <p>Trata-se de consulta a respeito de certame licitatório para a concessão de exploração dos serviços de estação rodoviária municipal. Em se tratando de licitante individual, é dispensada a exigência de integralização mínima do capital social de 45% do valor de outorga do edital, uma vez que a solidez econômica é comprovada por critérios previstos no edital, que não possuem relação direta com o capital social integralizado. A supracitada exigência fica restrita aos casos em que o licitante vencedor constituir consórcio de pessoas jurídicas organizada sob a forma de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE).</p>	<p>INFORMAÇÃO CAGE/DEO Nº 01/2022</p> <p>IPE Prev. Sindicância. Servidor Cedido. Competência.</p> <p>Trata-se de consulta a respeito de eventual responsabilidade de servidor cedido, ocupante de cargo submeio a regime jurídico próprio. Entende-se que o caso se encontra inserido na exceção à regra trazida pelo STJ, de que a apuração de eventual responsabilidade disciplinar do servidor cedido deve ser verificada no órgão de destino, porquanto, em virtude de mandamentos legais específicos, há a necessidade de preservação de garantias funcionais do servidor, que restariam afastadas se a solução fosse diversa.</p>

Página Integridade e Lei Anticorrupção

Ao longo do segundo semestre de 2021, a AscomCage trabalhou no desenvolvimento da página **Integridade e Lei Anticorrupção** incorporada ao site da Cage, e disponível em: <https://cage.fazenda.rs.gov.br/lista/4657/integridade-e-lei-anticorruptao>

O conteúdo amplo, de leitura fácil e organizado por tópicos, está estruturado na página da seguinte forma:

Introdução (histórico da Lei Federal 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção);

Apresentação da Lei Anticorrupção Estadual (Lei 15.228/2018), a aplicabilidade, as inovações, o papel da Cage, etc.;

Programas de Integridade - Termos gerais e avaliação em PAR;

Programas de Integridade - Exigência nos contratos com o Estado.

Comunicação

Carta de Serviços ao usuário

A AscomCage foi a responsável pelo design da Carta de Serviços ao usuário da Cage, entregue em 2021, cujo projeto foi coordenado pela Divisão de Estudos e Orientação (DEO) da Cage e envolveu um Grupo de Trabalho composto por auditores do Estado e técnicos tributários. [Clique aqui](#) para baixar o documento, que está disponível no site da Cage para consulta e *download*.



Balanço Comunicação (Produção e publicação de conteúdo):

Artigo: 1

Benefícios Gerados: 11 (Demonstrativo + Notícia)

Boletim Informativo: 1

Cards comemorativos e comunicados: 33

Convite: 7

E-mail marketing: 7

Mensagens institucionais: 2

Notícias: 53 (número aproximado)

Relatório de Atividades 2020



As peças de comunicação são divulgadas por e-mail, dependendo da natureza da informação, a todos os servidores da Secretaria da Fazenda ou somente ao quadro da Cage. Seguindo o mesmo critério são publicadas na Intranet ou no site da Sefaz. Quando o assunto de interesse da administração pública estadual, o conteúdo é enviado à Secretaria de Comunicação do Estado (Secom), como sugestão de pauta.

Sobre

A AscomCage não compõe formalmente a estrutura básica da Secretaria da Fazenda. Esta Assessoria vincula-se e responde diretamente ao Gabinete da Cage. No âmbito mais abrangente, a AscomCage participa e colabora como um braço da comunicação da Secretaria da Fazenda do Estado visando o atingimento dos objetivos compartilhados. No sentido mais específico, por meio da divulgação de seus atos, atua para consolidar a imagem e a função institucional e social da Cage vislumbrando ser reconhecida pela administração pública e pela sociedade como uma instituição de excelência indutora da boa gestão e promotora de transparência e integridade.

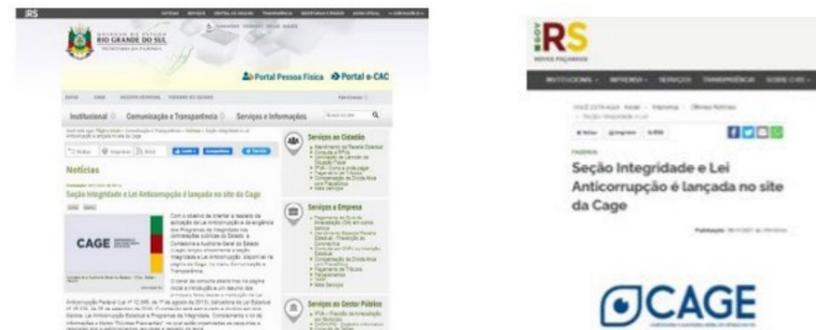
Comunicação

CAGE REPRESENTA O GOVERNO DO ESTADO EM EVENTO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE



Disponível em:
<https://www.fazenda.rs.gov.br/conteudo/16385/cage-representa-o-governo-do-estado-em-evento-internacional-de-contabilidade>

SEÇÃO INTEGRIDADE E LEI ANTICORRUPÇÃO É LANÇADA NO SITE DA CAGE



FOI NOTÍCIA NO SITE DO GovRS

Disponível em:
<https://www.fazenda.rs.gov.br/conteudo/16415/secao-integridade-e-lei-anticorruptao-e-lancada-no-site-da-cage>

CAGE PUBLICA CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO



Disponível em:
<https://www.fazenda.rs.gov.br/conteudo/16562/cage-publica-carta-de-servicos-ao-usuario>

CAGE CONTRIBUI PARA ADESÃO PRÓXIMA A 80% DO ESTADO NO PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO



FOI NOTÍCIA NO SITE DO GovRS

Disponível em:
<https://www.fazenda.rs.gov.br/conteudo/16370/cage-contribui-para-adesao-proxima-a-80-do-estado-no-programa-nacional-de-prevencao-a-corrupcao>

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA DO BANCO MUNDIAL E CONACI MARCA RETOMADA DO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DA CAGE



Disponível em:
<https://www.fazenda.rs.gov.br/conteudo/15737/apresentacao-dos-resultados-da-avaliacao-externa-do-banco-mundial-e-conaci-marca-retomada-do-projeto-de-reestruturacao-da-cage>

● Profisco II

O ano de 2021 marcou o início oficial do Profisco II com a realização da chamada "Missão de Arranque" no mês de fevereiro. Momento, a partir do qual, os produtos estão autorizados a utilizar os recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e a implementação passa a ser monitorada por parte do BID.

A Cage é responsável ou corresponsável pelo desenvolvimento de sete projetos nos componentes "Gestão Fazendária e Transparência Fiscal" e "Administração Financeira e Gasto Público", os quais representam mais de US\$ 8 milhões (12% de todo o programa).

- **Atualização do Modelo de Governança Institucional:** trata-se de um projeto institucional da Secretaria da Fazenda e da Cage, que, na condição de uma das suas subsecretarias, terá papel fundamental no diagnóstico do modelo atual e implantação do modelo revisado.
- **Aperfeiçoamento da Metodologia de Gestão Estratégica:** este projeto visa à reestruturação do Escritório de Projetos e Processos da Cage para dar suporte à execução dos seus demais projetos estratégicos e prover alinhamento com a gestão estratégica da Sefaz.
- **Revisão e atualização do modelo de comunicação e transparência com a sociedade:** um dos marcos contratuais deste projeto já foi atingido em 2021 com a entrega, pela Cage, do novo Portal da Transparência. **Informações sobre essa entrega estão na página 63 deste Relatório.**
- **Modernização do sistema de gestão orçamentária, financeira e contábil:** trata-se do projeto de maior relevância, representando mais de US\$ 6 milhões, cujo escopo é a modernização do sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE), o qual já é considerado um dos mais avançados sistemas de finanças públicas do Brasil, através do mapeamento e redesenho dos processos de gestão orçamentária, financeira e contábil, desenvolvimento de novas funcionalidades e integração com demais sistemas corporativos do Estado.

- **Nova sistemática de gestão de auditorias:** este projeto visa a uma maior aderência às normas internacionais de auditoria através do redesenho dos processos de auditoria, incluindo metodologia de auditoria baseada em riscos, e da modernização do sistema de gestão de auditoria.

- **Desenvolvimento e implantação de painéis de auditoria:** este projeto refere-se aos painéis de auditoria desenvolvidos no âmbito do projeto estratégico MINA, cujo conteúdo detalhado encontra-se na página 23 deste Relatório.

O marco contratual de 2021 foi entregue com o painel de gerenciamento de processos administrativos, disponível no CAGE Gerencial. A ferramenta reúne dados setorializados em diferentes sistemas do Estado e disponibiliza as informações, de maneira simples e organizada, para toda a Administração Pública Estadual.

- **Sistema de controle de compliance e processos administrativos de responsabilização:** este projeto "Implantação da Lei Anticorrupção contempla o redesenho dos processos em atendimento à Lei Estadual Anticorrupção e o desenvolvimento de um sistema de controle dos programas de integridade e de gestão dos processos administrativos de responsabilização. **O conteúdo desse projeto encontra-se na página 60 deste Relatório.**

● **Projetos Estratégicos**

Os projetos estratégicos: **Implantação da Lei Estadual Anticorrupção (Lei no 15.228/2018)**, **MINA - Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria e Portal da Transparência Unificado** avançaram com as entregas realizadas em 2021. O conjunto das realizações ocorridas no exercício e as projeções estão disponíveis neste Relatório, nas páginas citadas a seguir.

- Lei Estadual Anticorrupção (página 60)
- MINA (página 23)
- Portal da Transparência Unificado (página 63)

Sobre

Os projetos estratégicos **Implantação da Lei Estadual Anticorrupção (Lei no 15.228/2018)**, **MINA - Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria e Portal da Transparência Unificado**, nos quais a Cage atua, na condição de autora ou colaboradora, compõem o portfólio de objetivos estratégicos da Secretaria da Fazenda (Sefaz), para a gestão 2019/2022. Sendo que os dois primeiros integram, também, o Acordo de Resultados do governo do Estado.

Projeto de Reestruturação

A primeira fase do Projeto de Reestruturação da Cage, para elaboração de diagnóstico, foi concluída em março de 2021. Marcou o encerramento dessa etapa, a realização de pesquisa, aplicada por meio de formulário digital, para colher a percepção dos gestores públicos sobre a sua atuação. Foram enviados 197 formulários digitais, contendo questões sobre aspectos estratégicos e táticos, para avaliação das autoridades máximas e diretores de todos os órgãos e entidades estaduais. O percentual de formulários recebidos foi de 27%, sendo que diretores administrativos e financeiros responderam pela maior taxa de adesão (52%) entre os participantes.

Em paralelo à fase de diagnóstico, a Cage se submeteu à avaliação externa de sua estrutura promovida pelo Banco Mundial e pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci). Trata-se de um amplo estudo, realizado junto às controladorias dos Estados, das suas capitais e do Distrito Federal, com o objetivo principal de estabelecer um modelo de Monitoramento e Avaliação (M&A) contínuo do alcance e qualidade das estruturas de controle interno, bem como de seus processos de avaliação interna, baseando-se nos padrões do COSO I (Internal Control Framework) e do IA-CM (Internal Audit Capability Model). A iniciativa foi coordenada pelo Banco Mundial.



Ações e realizações (2021)

Fase de diagnóstico e de apuração dos resultados

Janeiro e Fevereiro

Aplicação de pesquisa de percepção dos gestores públicos sobre a atuação da Cage.

Março

Conclusão da primeira fase do Projeto de Reestruturação da Cage.

Maiο

Apresentação aos servidores dos resultados da 1ª pesquisa de percepção dos gestores públicos sobre a atuação da Cage.

Julho

Apresentação aos servidores dos resultados da avaliação externa do Banco Mundial e do Conaci.

Agosto

Término do prazo para resposta à consulta institucional (aberta a todos os servidores), para validação e priorização dos problemas e oportunidades apontados nas três etapas do Projeto de Reestruturação da Cage, para elaboração de diagnóstico;

Fase de prospecção de soluções junto a outras Controladorias

Agosto

Evento para intercâmbio de conhecimento com a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE/CE).

Setembro

1. Evento para intercâmbio de conhecimento com a Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF);

2. Evento para intercâmbio de conhecimento com a Secretaria de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo (Secont/ES).

Fase de análise e proposição de soluções

Outubro

1. Divulgação e convite aos servidores para participarem da etapa de análise e proposição de soluções aos referidos problemas e oportunidades de melhoria identificados e classificados na Fase de diagnóstico;

2. constituição de dois Grupos de Trabalho, com seis membros cada.

Novembro

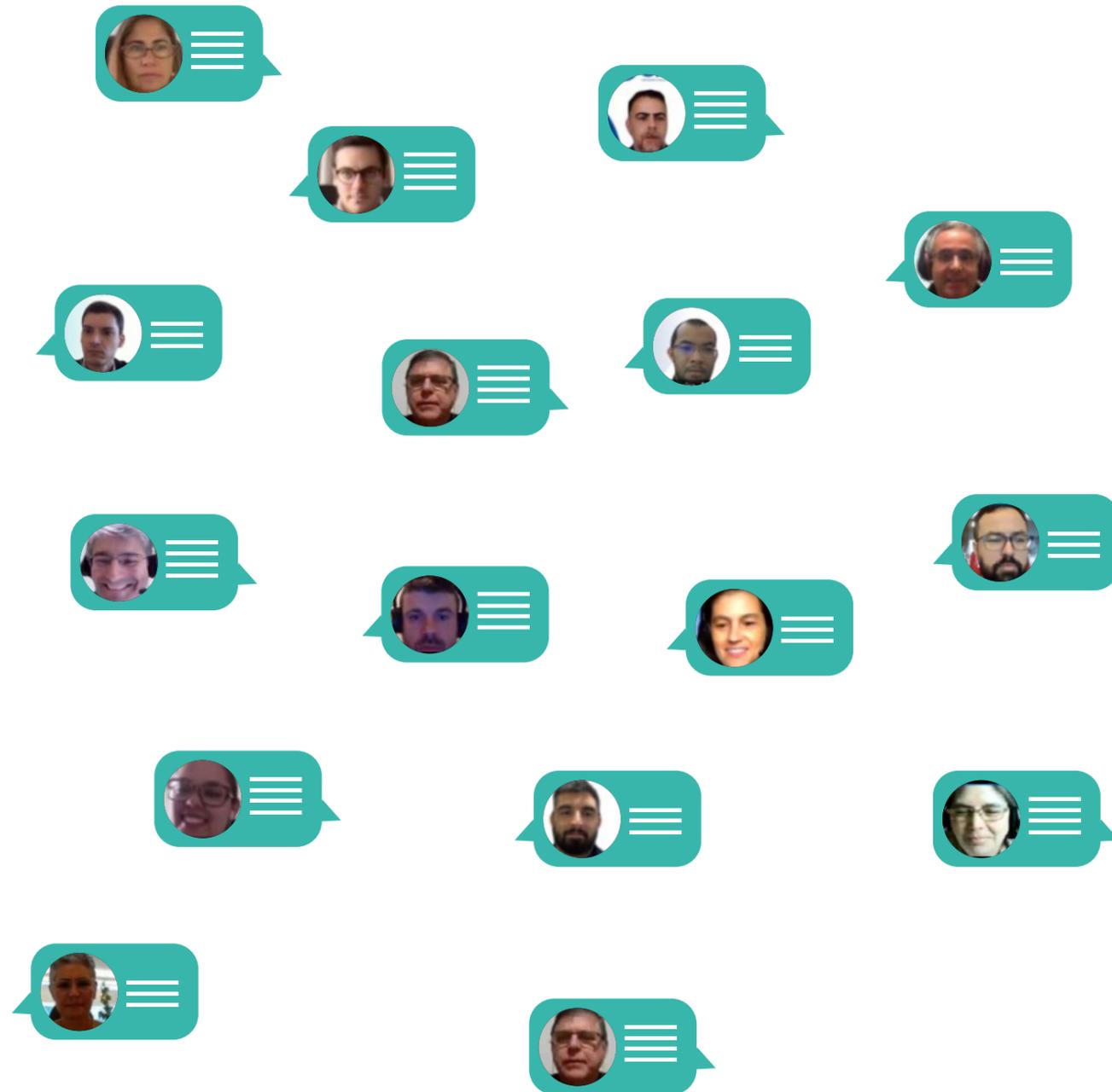
Os Grupos de Trabalho iniciaram os estudos e debates com vistas à proposição de soluções, a serem apresentadas a partir de junho de 2022.

1. Finalização da Fase de análise e proposição de soluções;

2. Fase de avaliação e deliberação quanto às soluções apresentadas; e

3. Fase de implementação das soluções.

● Projeto de Reestruturação



Sobre

Em 2019, no início da atual gestão, o Projeto de Reestruturação da Cage começou a ser idealizado com o propósito de atender ao anseio corrente do seu quadro de pessoal de experimentar um processo de rediscussão da organização e do funcionamento do Órgão. No ano seguinte, o Projeto começou a ser executado a partir uma fase de diagnóstico interno, mediante a realização de 32 reuniões virtuais, que contou com a participação de 120 servidores, convidados a reportarem problemas e potenciais oportunidades de melhorias em relação aos processos internos, metodologia de trabalho e estrutura organizacional. Também foi em 2020 (ou 2021?), que a Cage aplicou a pesquisa para conhecer a percepção das autoridades máximas e diretores de todos os órgãos e entidades estaduais quanto à sua atuação, obtendo-se respostas aos aspectos estratégicos e táticos submetidos à avaliação.

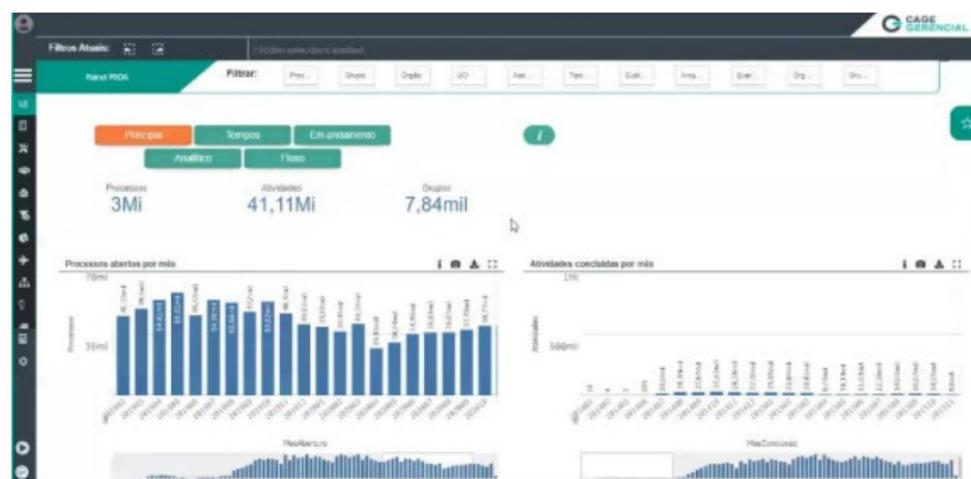
MINA

A utilização das trilhas de auditoria do projeto MINA- Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria proporcionou à Administração Pública Estadual economizar mais de R\$ 11 milhões em 2021. Contribuiu para esse resultado as melhorias implementadas nas trilhas de auditoria IEF, a partir do ajuste no cálculo do valor unitário de faturas IEF (despesas de água, energia elétrica e serviços de processamento de dados controlados pelo módulo Integração Estado Fornecedor (IEF) do Sistema de Finanças Públicas do Estado - FPE), e Diárias (pagas a servidores do Estado), que passou a considerar o cargo do credor para o cálculo de valor de diária, entre outras correções.

Resultado: a eficiência do MINA, no processo de auditoria de faturas de água, pode ser atestada pela Seccional da Cage junto ao Tribunal de Justiça, vinculada à Divisão de Controle da Administração Direta (DCD). Ocorre que o sistema detectou o comportamento fora do padrão em faturas de água de Fóruns Regionais da Justiça, emitindo alertas sobre indícios de erros ou problemas nas instalações dessas edificações. Os dados gerados a partir do MINA subsidiaram relatório emitido pela Seccional. A Administração do judiciário realizou diligências nas edificações, comprovando haver vazamentos na instalação de água (hidras e torneiras). Os problemas foram solucionados e os valores de faturas corrigidos. Isso só foi possível devido à utilização do novo método de controle/auditoria adotado, por meio do MINA. Com isso, o Poder Judiciário economizou recursos públicos na ordem de R\$772.687,40, no segundo semestre de 2021. Esse registro foi o maior benefício gerado a partir do uso do novo método de controle/auditoria, por meio do MINA, adotado pelas seccionais da Cage.

Entrega

Em 2021, a equipe da Divisão de Informações Estratégicas (DIE) da Cage fez a entrega do Painel PROA, a mais recente do projeto de Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria (MINA).



A ferramenta, disponível no CAGE Gerencial, reúne dados sobre a movimentação de processos eletrônicos no Estado, gerados no sistema PROA. Além de uma visão geral dos processos, o Painel PROA permite ao usuário do CAGE Gerencial, por meio da aplicação de filtros, personalizar os parâmetros da análise processual pretendida. Os indicadores, entre eles de volume de processos abertos e de atividades concluídas por mês, são apresentados na forma de gráficos, e suas informações são atualizadas diariamente pela equipe da DIE. É possível ainda o gerenciamento do tempo dispensado para conclusão dos processos e o controle daqueles que estão em andamento nas diversas unidades administrativas do Estado, bem como a visualização do fluxo percorrido por cada processo durante sua tramitação.

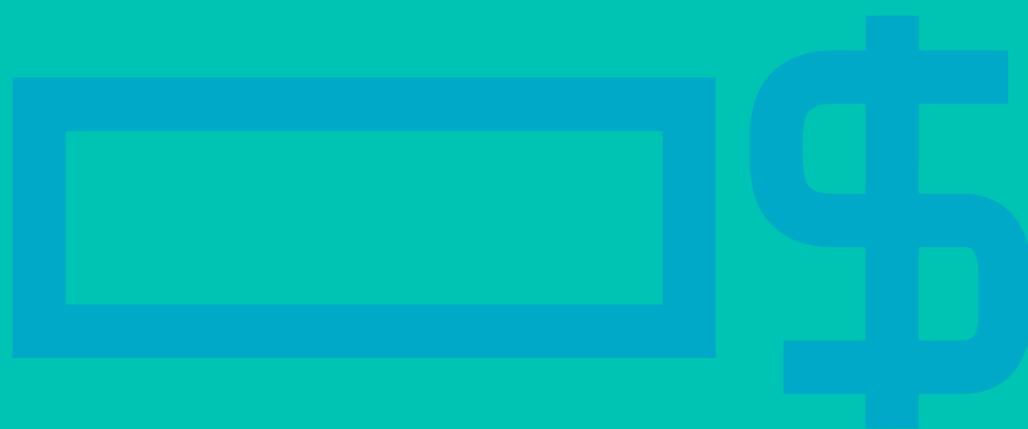
Em andamento

A equipe da DIE iniciou, em 2021, o desenvolvimento do painel de qualidade contábil para o projeto MINA, a ser concluído em 2022.

Sobre

O MINA é uma solução de tecnologia da informação destinada ao controle automatizado dos recursos geridos pelo Estado. O projeto foi desenvolvido pela Divisão de Informações Estratégicas (DIE), para qualificar a atividade de controle exercida pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, possibilitando o acompanhamento das soluções adotadas pelo gestor para as inconsistências detectadas. O MINA compõe o portfólio de projetos estratégicos da Secretaria da Fazenda e o Acordo de Resultados junto ao governo do Estado. Está inserido no CAGE Gerencial e é de acesso exclusivo aos servidores da Cage.

Orientação ao Gestor Público



● Expedientes atendidos

A Divisão de Estudos e Orientação (DEO) da Cage atua na produção de instrumentos normativos e orientações aos gestores públicos, visando à uniformização de procedimentos, além de ser responsável pelo acompanhamento da atualização legislativa em âmbito estadual e federal.

Segundo dados do Cage Gerencial, a Divisão, em 2021, atendeu **72 expedientes**, através do Sistema PROA - Processos Administrativos. São orientações exaradas pela DEO a partir de processos de consulta encaminhados por outras divisões da Cage e também por órgãos e entidades do Estado. Já as informações emitidas pela DEO, 34 no total, no formato de um documento denominado Informação CAGE/DEO, exercem a função de refletir o entendimento consolidado da Cage em assuntos pertinentes ao controle interno.

● Manual de Orientação do Gestor Público

Sob a coordenação do Gabinete da Cage, e condução da Divisão de Estudos e Orientação (DEO), servidores de todas as Divisões revisaram integralmente, ao longo de 2021, o Manual de Orientação do Gestor Público. O trabalho de atualização do material resultou na publicação da 5ª edição, em formato digital, contendo 39 capítulos. O Manual reúne boas práticas e profícuo conteúdo destinado a quem desempenha a função de gerir a coisa pública. A maioria dos capítulos inéditos abordam temas que, nos últimos anos, sofreram profundas alterações em seu quadro normativo, e, por isso, vem demandando a atenção dos gestores e dos servidores públicos.



<https://cage.fazenda.rs.gov.br/conteudo/16694/manual-de-orientacao-do-gestor-publico---5%C2%AA-edicao>

● Pesquisa Satisfação DCI

Em continuidade à prática iniciada no exercício de 2019, a Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI) da Cage aplicou a 3ª edição da sua Pesquisa de Satisfação, que busca verificar a percepção dos servidores das entidades da Administração Indireta em relação ao atendimento prestado em 2021 pela Seção de Consultoria DCI. No início de dezembro, o questionário com seis perguntas foi encaminhado aos servidores, preservado o anonimato dos consultados. Foi a melhor participação dos servidores desde o início da aplicação da Pesquisa. Ao todo, 39 respostas registradas (três a mais que em 2020), de um total de 109 destinatários (20 a mais que em 2020).

O formulário foi dividido em quatro etapas. A primeira tratou do perfil do respondente, a segunda da avaliação sobre as orientações encaminhadas, a terceira da avaliação das informações (PROA - Processos Administrativos) emitidas pela Consultoria, e a quarta tratou de sugestões.

Devido à adaptação na sistemática da Pesquisa de Satisfação, que substituiu questões de caráter descritivo por questões objetivas, não são apresentados os resultados às perguntas (4, 5 e 6), nos anos de 2020 e 2019.

Questões (2ª e 3ª etapas):

Para responder as perguntas os servidores deveriam escolher um número numa escala de 0 (Nunca) a 10 (Sempre) de acordo com o seu nível de satisfação.

Satisfação em relação às orientações da Seção de Consultoria DCI realizadas por e-mail

- 1) O questionamento foi respondido em tempo hábil para sua tomada de decisão?
- 2) A resposta foi de fácil compreensão?
- 3) A resposta ajudou efetivamente a solucionar sua demanda?
- 4) As respostas recebidas foram objetivas?
- 5) As respostas recebidas demonstraram o conhecimento técnico necessário à solução da demanda?
- 6) Atribua um valor de 1 a 10 acerca da possibilidade de recomendar o serviço da Consultoria por e-mail a um colega ou gestor

Resultados

(2021)	(2020)	(2019)
1) 9,3	9,2	8,7
2) 9,5	9,5	8,9
3) 9,5	9,1	8,7
4) 9,4	-	-
5) 9,7	-	-
6) 9,9	-	-

Resultados (informações PROA)

(2021)

- 1) 8,7
- 2) 9,7
- 3) 9,6
- 4) 9,5
- 5) 9,9
- 6) 9,9



Pela primeira vez, na edição 2021, os servidores que participaram da Pesquisa de Satisfação puderam avaliar separadamente as informações emitidas pela Seção de Consultoria DCI através do sistema PROA. Foram aplicadas as mesmas perguntas em que buscou-se verificar o nível de satisfação em relação às orientações da Seção de Consultoria DCI realizadas por e-mail.

● Normativos

No ano de 2021, a Divisão de Estudos e Orientação (DEO) e a Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC) da Cage atualizaram e elaboraram instruções normativas relacionadas ao aprimoramento de medidas auxiliares à orientação, à gestão e ao controle das atividades do Estado, bem como à qualificação de procedimentos contábeis.

Instrução Normativa Cage nº 1 de 2021

Revoga Instruções Normativas da Cage.

Instrução Normativa Cage nº 2 de 2021

Dispõe sobre os procedimentos contábeis aplicados aos bens de infraestrutura. O normativo visa padronizar os procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), em especial com a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado. A norma é aplicável especialmente as estradas e suas obras de arte (pontes, túneis, viadutos etc.)

Instrução Normativa Cage nº 3 de 2021

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados no encerramento do exercício financeiro de 2021 e dá outras providências.

Instrução Normativa Cage nº 4 de 2021

Acrescenta o art. 14-A à Instrução Normativa Cage nº 7, de 6 de novembro de 2018, que dispõe sobre contratação, execução e fiscalização de Obras Públicas e Serviços de Engenharia no âmbito da Administração Pública Estadual, e dá outras providências.

Instrução Normativa Cage nº 5 de 2021

Dispõe sobre a metodologia para apuração do faturamento bruto para fins de cálculo da multa de responsabilização de pessoas jurídicas, nos termos da Lei nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, e do Decreto nº 55.631, de 9 de dezembro de 2020.

Instrução Normativa Cage nº 6 de 2021

Dispõe sobre a avaliação de Programas de Integridade para todos os fins previstos na Lei nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, e no Decreto nº 55.631, de 9 de dezembro de 2020.

A Cage publicou a Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2021, sobre a avaliação dos programas de integridade para todos os fins previstos na Lei Anticorrupção Estadual.

A Cage também publicou a Instrução Normativa nº 5, de 23 de dezembro de 2021, sobre a metodologia para apuração do faturamento bruto que serve de base de cálculo da multa de responsabilização de pessoas jurídicas prevista na Lei Anticorrupção Estadual.

● Sincage

Administrado pela Divisão de Estudos e Orientação (DEO) da Cage, o Sistema de Informações da Cage (Sincage) é uma ferramenta integrante do Portal de Legislação da Secretaria da Fazenda (Sefaz). É utilizado como banco de dados para organização e divulgação de conteúdos e textos principalmente sobre legislação e orientação. O Sincage disponibiliza uma base completa de normativos relacionados ao controle interno estadual para consulta de toda sociedade.

+980 novos documentos inseridos no sistema em 2021

Consultas a instruções normativas, circulares, informações e pareceres da Cage

+Leis, decretos e Constituição Estadual



● Plantão CASP

As três edições de 2021 do Plantão Casp foram realizadas na modalidade virtual. Os encontros se dedicaram ao esclarecimento de dúvidas sobre temas relacionados à contabilidade pública, à execução orçamentária, aos relatórios e módulos do sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE) integrados à contabilidade.

Maio (12ª edição)

Ementários da Receita e da Despesa.

Setembro (13ª edição)

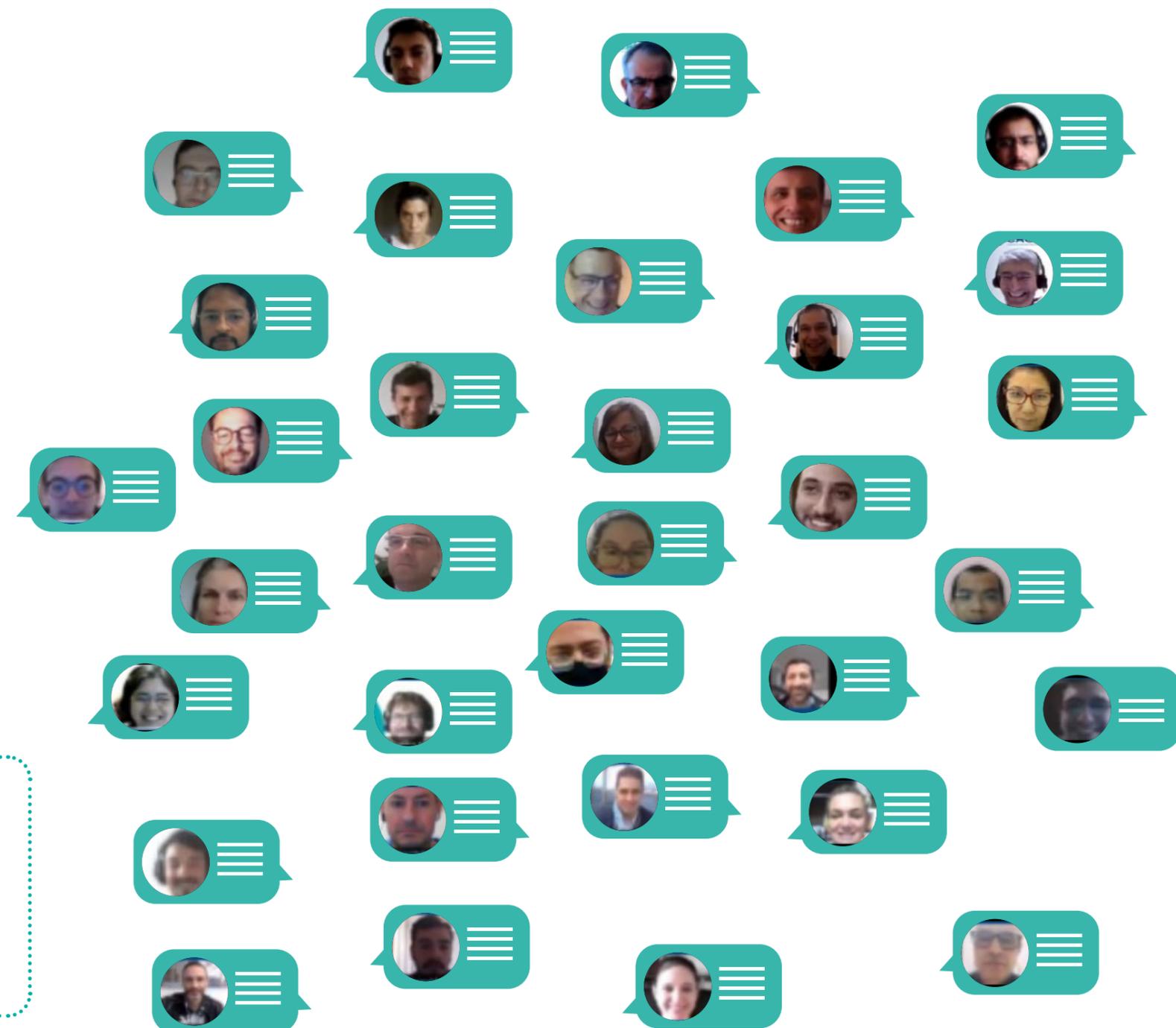
Elaboração do Anexo 01 do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

Novembro (14ª edição)

Conciliação Bancária, com a instrução da Seccional da Cage junto à Dívida Pública e Controle Contábil.

Sobre

O projeto Plantão CASP consiste na realização de encontros para tratar de assuntos específicos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Tem como público-alvo: auditores e técnicos da Cage, e contadores de autarquias e fundações. A coordenação é da Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC) da Cage.



● Grupo Setorial de Custos (GSC)

A agenda permanente de capacitação de integrantes dos grupos setoriais de custos (GSC), para o uso de ferramentas gerenciais que auxiliam para uma análise mais eficiente dos custos da administração estadual, facilitando a tomada de decisão pelos gestores, se manteve no ambiente virtual, em 2021. A *live* sobre o tema Relatório de Custos Anual, realizada em janeiro, pela Divisão de Informações Estratégicas (DIE) da Cage, reuniu em torno de 60 servidores membros dos GSC.

Outros encontros, solicitados por GSC, foram realizados ao longo de 2021. A equipe da DIE também promoveu encontros para elucidações via fórum de diretores administrativos.



Registro do encontro de janeiro de 2021

Agenda de 2021

Fevereiro

Reunião com o GSC da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH. Em abril aconteceu um novo encontro, pois houve alteração na estrutura da pasta.

Reunião com a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), sobre pessoal, setores de Recursos Humanos do Estado (RHE) e painel Estrutura Hierárquica de Centros de Custo (EHCC) para a pasta.

Março

Apresentação do painel PROA para a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG).

Reunião para tratar sobre sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE).

Junho

Participação da equipe da DIE no *workshop* NBCTSP 34 – Custos.

Participação da equipe da DIE em reunião nacional sobre NBCTSP 34 – Custos

Reunião entre a Cage e PROCERGS sobre o sistema de Administração de Materiais – SAM, para complementação de banco de dados, visando o aprimoramento do painel de materiais.

Setembro

Reuniões para tratar sobre o sistema CFVE – Controle da Frota de Veículos do Estado, devido às dificuldades em obter banco de dados completos para desenvolver painel, cuja responsabilidade é da empresa contratada pelo Estado.

Outubro

Apresentação do CAGE Gerencial aos auditores do Tribunal de Contas do Estado - TCE.

Reunião entre a DIE e SPGG, sobre o painel Convênios e Parcerias, para esclarecimentos de melhorias.

Dezembro

Reunião entre a DIE e PROCERGS para tratar sobre o sistema Integração Estado Fornecedor - IEF e melhorias no painel.

Nota: foram recebidos e publicados no Portal da Transparência 28 relatórios de custos, em 2021.

Sobre

As reuniões promovidas pela Divisão de Informações Estratégicas (DIE) da Cage consistem na apresentação do CAGE Gerencial, nos níveis gerencial, analítico e de custos, abrangendo temas como execução orçamentária da receita e da despesa, diárias, convênios, locações, despesas com água e luz, e relativas à Procergs. Também no nível custos, o consumo e gerenciamento de materiais, gastos com manutenção, funcionamento e com recursos humanos.

Controle Interno



● Qualificação das Ações de Controle

Os números consolidados de 2021 demonstram o impacto positivo com a implementação, em 2019, da Sistemática de Qualificação das Ações de Controle (automatização de rotinas manuais realizada pelas Seccionais); desenvolvimento de Painéis e Trilhas de Auditoria referente aos temas automatizados; e emissão de informações padronizadas em Proas específicos.

Resultados auferidos pela Divisão de Controle da Administração Direta (DCD) da Cage:

- A produtividade na análise de processos aumentou 33% em 2021 em relação ao ano de 2020. O resultado positivo decorreu da automatização de rotinas realizadas pelas Seccionais por meio da análise das Trilhas de Auditoria no MINA - Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria, em substituição ao exame manual. A automatização proporcionou uma alavancagem operacional no controle das despesas em tela.

(2021)	(2020)
<u>16.435 processos</u>	<u>10.950 processos</u>

Nota: os Painéis e as Trilhas de Auditoria permitiram a identificação de indícios de erros e irregularidades que seriam imperceptíveis se a análise fosse manual e individual.

- Foram 24% a mais de Informações-Padrão IEF e Diárias com indícios de erros e irregularidades identificados e reportados em 2021, no comparativo com o ano anterior.

(2021)	(2020)
<u>66 Informações- Padrão IEF e Diárias</u>	<u>49 Informações- Padrão IEF e Diárias</u>

- Em 2021, a economia gerada pela atuação das Seccionais foi três vezes maior do que no ano anterior. Antes da implementação da Sistemática de Qualificação das Ações de Controle a economia era zero.

(2021)	(2020)
<u>R\$ 286.674.819,25</u>	<u>R\$ 84.247.781,10</u>

- As duas maiores economias de 2021 foram geradas pela Seccional da Cage de Folha de Pagamento (R\$ 108.707.856,00) e pela Seccional da Cage junto à Secretaria da Saúde (R\$ 49.788.136,20).

Tabela Comparativa 2021:2020

	IEF	DIÁRIAS	TOTAL
PROCESSOS	3.323 3.036 (2020)	13.112 7.924 (2020)	16.435 10.960 (2020)
INFORMAÇÃO- PADRÃO	45 38 (2020)	21 11 (2020)	66 49 (2020)
ALERTAS BAIXADOS	1249	1974	3223

● Modernização de Processos

As Seccionais especializadas da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), vinculadas à Divisão de Controle da Administração Direta (DCD), promovem a permanente qualificação de produtos com o objetivo de agilizar, padronizar e simplificar rotinas e processos internos.

Seccional da Cage de Controle Contábil

Especializada em Contabilidade

Ações e resultados

- Eliminação de retenções realizadas pela Receita Federal do Brasil no Fundo de Participação dos Estados (controle GFIP x GPS);
- Redução de divergências no Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica na ordem de R\$98 milhões;
- Outras regularizações de iniciativa da Seccional somaram juntas R\$305 milhões, conforme quadro abaixo.

Regularização de sequestros judiciais - SINDIFISCO	R\$ 105.266.387,27
Regularização das compensações do Programa Compensa/RS	R\$ 165.152.473,79
Regularização de sequestros judiciais (até 2018)	R\$ 28.095.993,06
Identificação de sequestros judiciais sem registros	R\$ 1.221.523,59
Identificação de receitas lançadas a maior - Carteira Comercial	R\$ 6.083.507,40
TOTAL	R\$ 305.819.885,11

Seccional da Cage de Folha de Pagamento

Especializada em Pessoal

Ações e resultados

- Acompanhamento e homologação do Projeto de Contabilização da Folha diretamente no sistema de Finanças Públicas do Estado - FPE;
- Definições do Projeto GPS de Folha de Pagamento, com implementação prevista em 2022;
- Levantamento dos repasses de previdências descontados dos servidores ativos da Administração Direta, do Poder Executivo, de 2015 a 2020, para resposta à auditoria do Ministério da Previdência;
- Padronização dos parâmetros de cálculo da indenização por exercício de fato após provocação da Procuradoria - Geral do Estado (PGE);
- Validação dos valores cobrados pelo IPE a título de contribuição previdenciária patronal incidente sobre a folha de pensionistas de 2018 do Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público;
- Apuração de diferenças de Registro de Operações Financeiras (ROF) e indenização pelo uso do canal de consignações.

● Melhorias no sistema FPE

A Divisão de Controle da Administração Direta (DCD) da Cage efetuou **13 melhorias no sistema de Finanças Públicas do Estado - FPE, em 2021**, objetivando, sobretudo, reduzir disfunções da burocracia e o aumento de eficiência na Administração Direta. São elas:

- Inclusão do campo Natureza da Despesa na aba lista do menu Execução da Despesa > Liquidação > Solicitação Liquidação;
- RPV – Documento Credor – Valor Bruto – Informações de retenções;
- Inclusão dos dados relativos à Receita na tela resultante da pesquisa do “Critério Extrato Bancário”;
- Inclusão do Campo “Processo Judicial” na Solicitação Extraorçamentária;
- “Delay” - Inclusão de Conta do Tipo Arrecadação para contas que recebem recursos de Arrecadação pelo Fluxo 7;
- Receita - Critério Arrecadação - Inclusão do campo “Recurso” na pesquisa de Transação;
- GPS de Rescisão de Contrato de Trabalho;
- Alteração da “regra de negócio” do sistema FPE que executa a exclusão/desativação da previsão de retenção quando a solicitação de liquidação é contestada/diligenciada pelas Seccionais da CAGE;
- Transferência Contábil a Partir dos Menus “Transferência Extrato Bancário” e “Critério Bancário Transferência Numerário” - Possibilidade de Transferências entre Tesourarias;
- Menu “Critério Bancário Transferência Numerário”;
- Menu “Transferência Extrato Bancário”;
- Acesso módulo FPE - inclusão Prestação de Contas;
- Automatização de Lançamento Contábeis – Critério Transferência por Extrato Bancário.

Implantação da GPS na Administração Direta

Com a execução da funcionalidade GPS (Guia Previdência Social) no sistema de Finanças Públicas do Estado - FPE, em mais 19 órgãos, a DCD, conforme previsto, concluiu a implantação total na Administração Direta, em 2021, gerando otimização e eficiência nos processos da Administração Pública, como: eliminação do descompasso entre a liquidação do serviço e a geração da GPS; inclusão automática da GPS; simplicidade na geração de informação para obrigações acessórias e pagamento, e; qualificação da informação dos valores de contribuição, eliminando problemas na GEFIP/SEFIP.

● Execução Despesa e Receita

Com a entrega de **69 melhorias** ao Módulo Execução da Despesa e Receita, a Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) da Cage superou o número de 2020 e manteve a meta de constante aperfeiçoamento do sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE). Entre as entregas de 2021, a DTI destacou as seguintes:

- Automatização do registro contábil de Receita a partir de transações de pagamento de despesa realizadas no contas a pagar (transações nas quais as duas partes envolvidas pertencem ao próprio Estado);
- Adequação do Ementário da Receita conforme o novo padrão de classificação de Fonte de Recursos da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Alterações de prazos de Prestação de Contas de diversos tipos de despesa em função de alterações normativas, redefinindo regras e prazos em decorrência da pandemia de Covid-19;
- Criação de webservice com o sistema utilizado pela Gestão da Sefaz para acompanhamento do Profisco II;
- Novo webservice para consulta pelos municípios do ISSQN retido pelo Estado;
- Desenvolvimento das fases de solicitação e análise do passe livre estudantil demandado pela Metroplan;
- Etapa final da Implantação em todo o Estado do módulo Guia de Previdência Social (GPS) na Administração Direta e IPERGS. A GPS de Folha de Pessoal permanece para os órgãos que possuem processo automático de Folha de Pessoal. Para esses, há previsão de implantação em todo o Estado em 2022;
- Definição e desenvolvimento do processo de execução orçamentária dos seguintes projetos: Receita Certa, Receita ICMS, Todo Jovem na Escola, Auxílio Emergencial RS;
- Desenvolvimento e implantação, em conjunto com o Tesouro do Estado, de modalidade de pagamento a credores/fornecedores do Estado por chave PIX CPF/CNPJ;
- Automatização das fases Examinar e Atender das Solicitações de Empenho/Liquidação oriundas do Sistema da Dívida Pública (SDP);
- Automatização das Transferências de Numerário de Folha de Pessoal, por Caixa e entre Tesourarias diferentes utilizando-se de Critério Extrato Bancário;
- Revisão de mapeamento de requisitos e eventos do EFD-Reinf e de parte do escopo do E-Social, no caso aquela na qual a base de dados é o sistema FPE;
- Criação e atualização de diversos arquivos DW a fim de alimentar projetos como o Portal da Transparência, CAGE Gerencial, MINA, painéis próprios de órgãos tais como: Defensoria Pública, Gabinete do vice-governador, Secretaria da Educação, etc.

Demandas de usuários atendidas via sistema Trace GP em 2021: 17.237

10757
Relacionadas a cadastro de usuários e permissões a sistema

9572 originadas do módulo controle de acessos do sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE)

1185 de cadastro dos demais sistemas e residuais do sistema FPE



4934 de suporte a usuários dos sistemas administrados pela Divisão.

Média de **1307** demandas atendidas por mês

Foram atendidas 1.546 demandas a mais, em relação ao ano anterior.

Nota: o uso crescente do chat da ferramenta Teams, não impactou na queda de registros de demandas via Trace, no comparativo com o ano de 2020, conforme se previa.

● Módulo Convênios e Parcerias

Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE)

A DTI disponibilizou **27 melhorias** no módulo Convênios e Parcerias no ano de 2021. Dentre as mais relevantes:

- Criação de Apostilamentos de Prazo em função de normativos estaduais que definiram prorrogações em decorrência da pandemia de Covid-19;
- Automatização do cadastro de Organização Parceria para fins de otimização do processo de cadastro de usuário para o Portal de Convênios e Parcerias RS;
- Criação de webservice com o sistema de Gestão de Compras do Estado (GCE) a fim de informar número do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) de convênios do Estado (conveniente) com a União (concedente);
- Automatização do cadastro de usuário responsável pela prestação de contas das Parcerias no Portal de Convênios e Parcerias RS;
- Integração do módulo Parcerias com o Sistema de Gerenciamento de Matérias (SGM) a fim de propiciar a publicação da Súmula no DOE/RS via sistema FPE.

The screenshot displays the 'Pesquisar Convênios e Contratos Repasse' (Search Agreements and Contracts Repasse) interface. The browser address bar shows 'tpe.intra.rs.gov.br/apl/tpe/index.aspx'. The page header includes the date '08/06/2022', the user name 'Silvia Lauer', and the system name 'Sistemas'. A search bar is located at the top left. The main content area is divided into two sections: 'Pesquisar Convênios e Contratos Repasse' and 'Pesquisar Convênios e Contratos Repasse:'. The search criteria are organized into two tabs: 'Gerais' (General) and 'Avançadas' (Advanced). The 'Gerais' tab is active, showing various search filters such as 'Convênio/Exercício', 'Mostrar Versões?', 'Convênio Ascendente/Exercício', 'Tipo Aditivo', 'Tipo Alteração', 'Situação', 'Concedente', 'Conveniente', 'Órgão', 'LXI', 'Objeto', 'Ação Programática', 'Tipo Transferência', 'Nome Instrumento Jurídico', 'Forma PCT', 'Responsável Conveniente', 'Número Processo', 'Recurso', 'Responsável Assinatura', 'Fiscal', 'Participa Consulta Popular', 'Tipo Administração do Estado', and 'Tipo Participação do Estado'. Each filter has a corresponding input field or dropdown menu.

● Módulo de Contratos

Em 2021, a Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) da Cage desenvolveu e entregou **12 melhorias** ao Módulo de Contratos, sendo as mais relevantes:

- Disponibilização da ação Assinar Contrato de Obras no App FPE Mobile;
- Melhoria no cadastro de Contrato de Obras: BDI e Encargos Sociais por Item;
- Melhoria no fluxo de Contrato de Obras: paralisação de obra;
- Melhoria na integração entre sistemas Finanças Públicas do Estado e Gestão de Obras: envio de documentos (arquivo PDF) do FPE para o SGO;
- Melhoria na execução de Contrato de Obras: ateste parcial de parcelas do cronograma físico-financeiro da obra;
- Criação de arquivo DW para utilização em painel gerencial da Dívida Pública utilizando dados do Módulo Contratos de Financiamento do FPE que é integrado com o Sistema da Dívida Pública (SDP).

Contratos cadastrados no sistema em 2021:

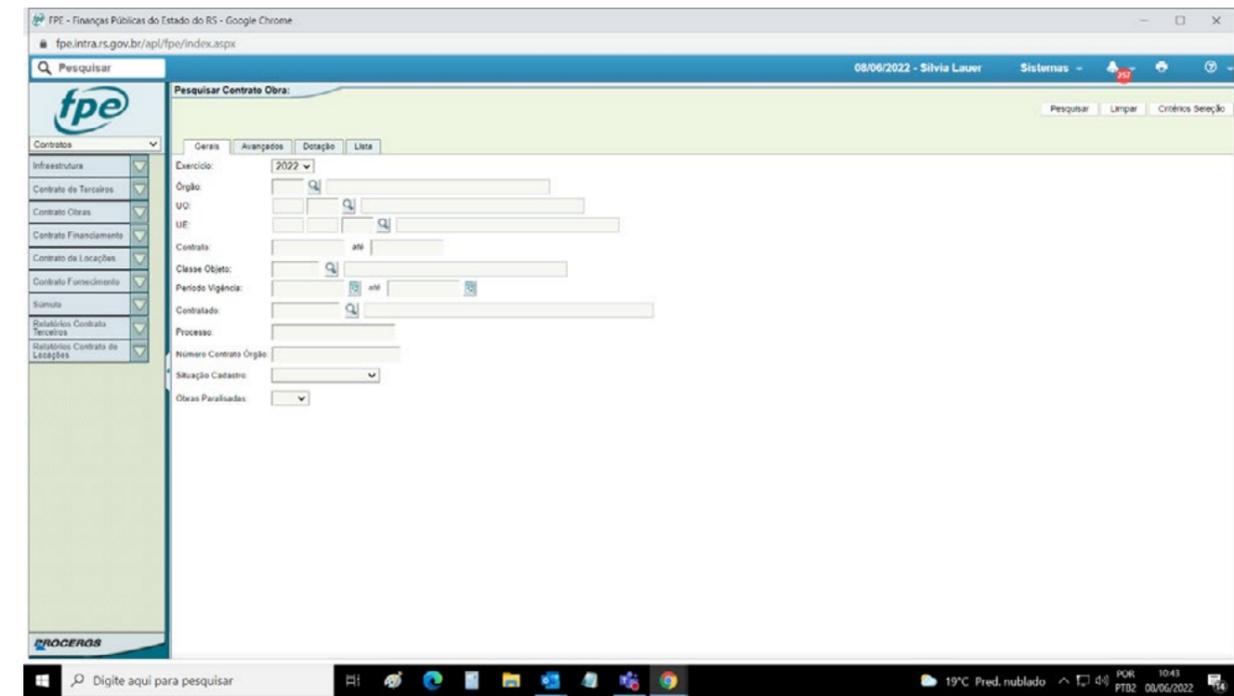
Locação de imóvel: **105**

Obras: **155**

Serviços de Terceiros: **1.328**

Súmulas de contrato publicadas via sistema FPE: **2.221** (931 a mais do que no ano anterior).

Número de demandas de orientação e suporte técnico atendidas via sistema Trace: **665** (114 a mais do que no ano anterior).



Sobre

O Módulo de Contratos funciona como sistema operacional utilizado pelos órgãos e entidades do Estado, para cadastro, aprovação, publicação, execução, ateste e pagamento, com destaque para a funcionalidade de cancelamento de contratos de obras via sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE), e a possibilidade de utilizar recursos de fundos pelos órgãos contratantes de forma automática.

Benefícios Gerados

A Cage, por meio da sua Divisão de Controle da Administração Direta (DCD) e da sua Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI), gerou benefícios financeiros efetivos na ordem de **R\$ 286.674.819,25**, no exercício de 2021. Desse total, **R\$ 176.240.819,25**, referente a 70 registros, resultou da atuação preventiva das 17 seccionais, vinculadas à DCD, e **R\$ 110.434.000,00** decorreu do trabalho realizado por delegações e setoriais da DCI.

No ano, ainda foram registrados quatro benefícios não financeiros pela DCD, que oportunizaram a adoção de "Medidas de aperfeiçoamento da capacidade de gerir riscos e de implementação de controles internos" e também para tomada de "Outras decisões civis e medidas administrativas e correicionais" por parte dos órgãos da administração direta..

Benefícios Financeiros efetivados pela Cage, por classe:

Redução nos valores licitados/contratados, mantendo a mesma quantidade e qualidade necessárias de bens e serviços: **R\$ 165.205.483,51**

Suspensão de pagamento continuado indevido: **R\$ 109.298.332,80**

Elevação da Receita: **R\$ 8.091.598,85**

Compatibilização do objeto contratado com as especificações: **R\$ 1.590.871,77**

Eliminação de desperdícios ou redução de custos administrativos: **R\$ 1.214.346,24**

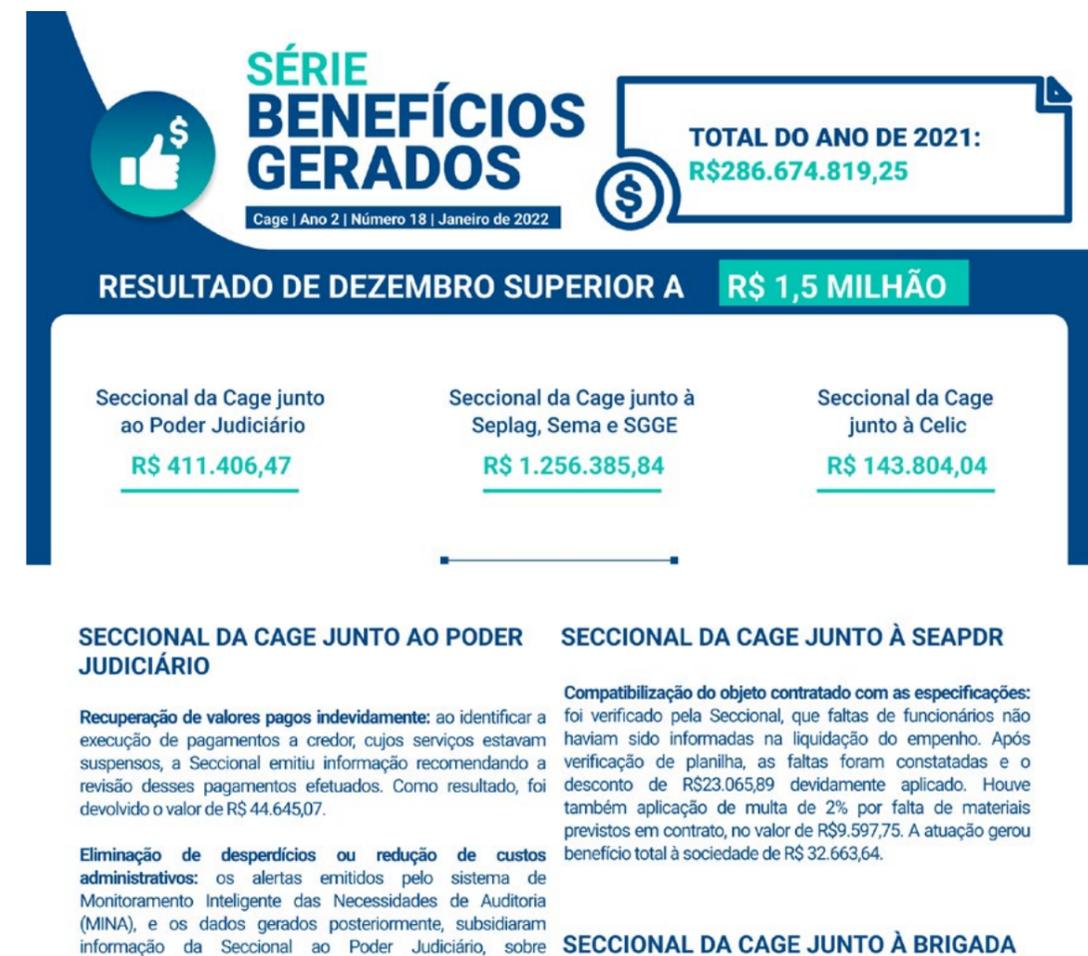
Cancelamento de Licitação/Contrato com objeto desnecessário: **R\$ 859.612,10**

Suspensão de pagamento não continuado indevido: **R\$ 342.536,34**

Recuperação de valores pagos indevidamente: **R\$ 72.037,64**

Comunicação dos benefícios gerados

Em 2021, a série Benefícios Gerados passou a divulgar mensalmente o acumulado de recursos gerados pela atuação das divisões da Cage (DCD e DCI). A peça é enviada por e-mail a todos na Secretaria da Fazenda, no final de cada mês, após os benefícios efetivos serem computados e validados pelas equipes.



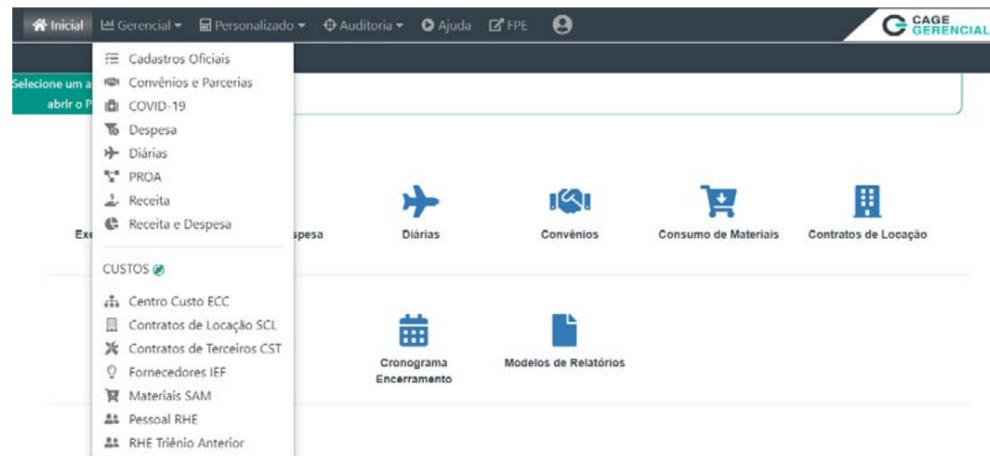
Sobre

A Portaria Cage nº 68 de 2017 instituiu a sistemática da qualificação, quantificação e registro dos benefícios gerados pela atuação da Cage.

● CAGE Gerencial

A Divisão de Informações Estratégicas (DIE) da Cage implementou as seguintes melhorias no CAGE Gerencial em 2021:

● Modernização do menu do portal CAGE Gerencial:



- Criação de um novo controle de acesso de usuários;
- Desenvolvimento de novo design dos painéis;
- Criação de ambiente de homologação das aplicações e painéis.

Ampliação

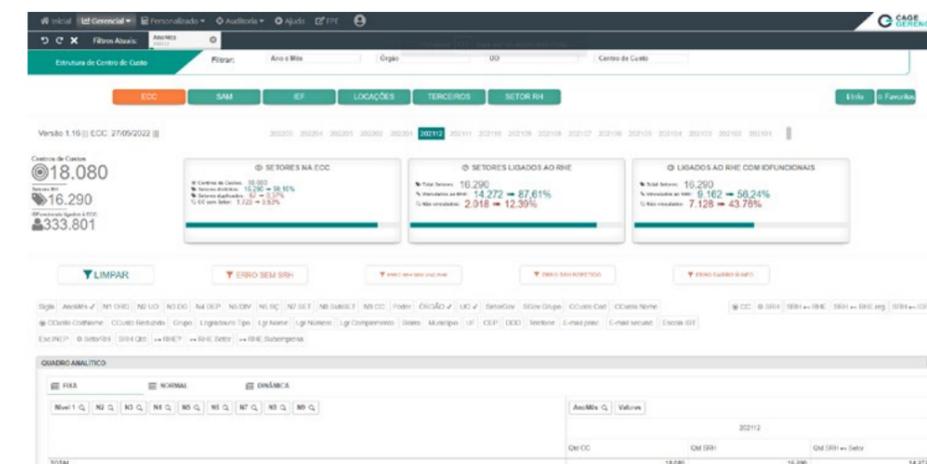
A contratação de licença do software QlikSense com recursos do Profisco vai viabilizar, a partir da implantação prevista para 2022, o acesso ilimitado de usuários ao CAGE Gerencial e ao CUSTOS/RS. Até então, somente eram habilitados para uso do sistema os diretores administrativos das secretarias do Estado e dos Grupos Setoriais de Custos, das administrações direta e Indireta, chegando em todos os níveis de governança e gestão.

Painéis

Em relação aos painéis em operação no CAGE Gerencial, a DIE aperfeiçoou a funcionalidade de valor presente no Painel Receita e Painel Despesa, bem como a Integração base de convênios federais por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) no painel Convênios e Parcerias. Três novos painéis foram incorporados ao CAGE Gerencial, em 2021. São eles:

Painel Estrutura Hierárquica de Centros de Custo (EHCC)

A proposta do Painel EHCC é contribuir com os Grupos Setoriais de Custos (GSC) na revisão dos registros nos sistemas vinculados à Estrutura de Centros de Custo e a atualização da própria ECC. Os sistemas de origem são próprios para registro e não possuem mecanismos de consulta e criação de relatórios como os do CAGE Gerencial. Em um só painel, foram reunidos vários sistemas e diversas formas de evidenciar a relação entre eles.



CAGE Gerencial

Painel Cadastros Oficiais

Foi desenvolvido com a finalidade de identificar, de forma ágil e simultânea, os CNPJs e CPFs constantes nos cadastros de regularidades federais e estaduais, relacioná-los com os credores do Estado do RS e com o Quadro de Sócios e Administradores (QSA). Dessa forma, é possível consultar, por exemplo, se uma empresa consta no CFIL-RS, ou se os sócios dela, empresas controladas ou com sócio em comum, constam em algum cadastro que impeça a contratação pelo Estado.

Novidade

Aos painéis do CAGE Gerencial foram adicionados dados de novas fontes tais como: Programa de *webscraping* de dados abertos (transparência, CNPJ, convênios, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, etc.); dados do Controle da Frota de Veículos do Estado – CFVE (projeto - piloto de importação de base completa em parceria com a Secretaria de Planejamento, Gestão e Governança- SPGG, Procergs e o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DETIC, da Secretaria da Fazenda).

Painel Unificado de Fármacos (PUF)

O Painel PUF tem objetivo de reunir diversas bases de dados públicas que tratam dos preços de compra ou de venda de fármacos, e dos preços estabelecidos por entidades governamentais que regulam o setor. Seu propósito foi agilizar a apuração da Seccional da CAGE 11 que examina os resultados das pesquisas de preço feitas pela Secretaria da Saúde.

● CAGE Gerencial

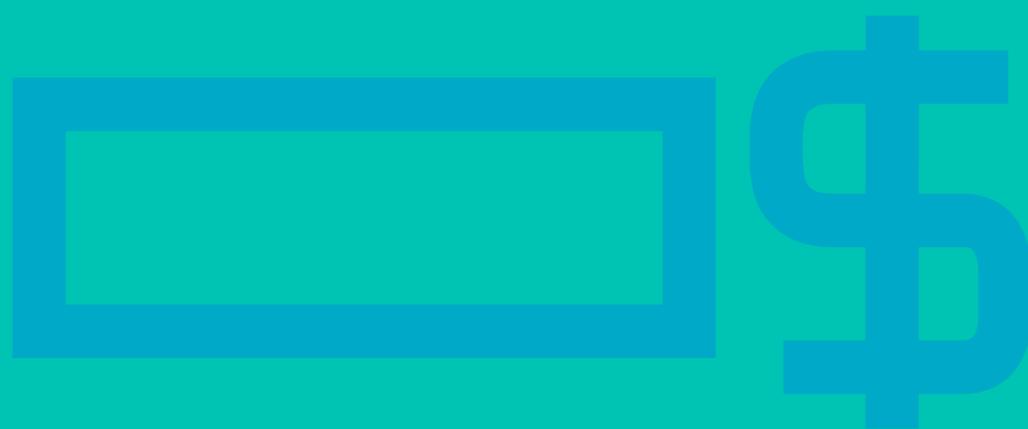
O número de acessos ao portal CAGE Gerencial continua em crescimento. Foram **2949 acessos** em 2021, representando um **incremento de 13,37%** em relação a 2020, conforme dados apresentados no gráfico comparativo.



Sobre

O CAGE Gerencial é uma ferramenta de business intelligence desenvolvida pela Divisão de Informações Estratégicas (DIE) para usuários da administração estadual. Seu funcionamento é por meio de painéis interativos abastecidos com informações e gráficos personalizáveis. A ferramenta é utilizada por gestores de mais de 30 órgãos e entidades controladas e membros dos respectivos Grupos Setoriais de Custos (GSC), além de auditores da própria Cage.

Auditoria



● Controle da Administração Direta

Por meio do exame prévio das suas 17 Seccionais, a Divisão de Controle da Administração Direta (DCD) da Cage controlou orçamento total superior a **R\$47 bilhões** no exercício de 2021.

Atuação

Auditorias: 2

Auditorias Especiais: 2

Tomada de Contas Especial: 2

Fiscalizações in loco: 1

Reexame de fluxos e processos: 1

Documentos emitidos

Notificações: 1

Comunicados de Auditoria: 4

Comunicados Orientativos: 11

Relatórios de Auditoria de Acompanhamento: 1

Relatórios de Auditoria Especial: 2

Efetivação (registros de atividades sistemáticas)

Registros de Empenhos: 609.881

Registros de Liquidações: 658.697

Processos Administrativos: 157.693

Informações emitidas: 12.778

Emissão de Pareceres/Relatórios emitidos nos processos de Contas Ordinárias dos Administradores enviados eletronicamente ao TCE/RS: 37

Apontamentos eletrônicos no sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE): 6.000

Baixas de Prestações de Contas no FPE: 15.800

Pareceres de prestações de contas emitidos: 5.300

● Controle da Administração Direta

A Divisão de Controle da Administração Direta, por meio de suas seccionais, realizou duas auditorias especiais em 2021, em contratos emergenciais para elaboração de planos de prevenção e proteção de combate a incêndio, e no Programa Pró-Esporte RS.

Ação: análise da situação de contratos emergenciais com 17 empresas que visavam elaborar 2.244 planos de prevenção e proteção de combate a incêndio (PPCIs) em escolas estaduais, totalizando R\$11 milhões de reais.

Análise: a equipe verificou que somente 12 de 2500 escolas estaduais possuíam alvará e, dos projetos para implementação dos PPCIs, nenhum foi elaborado e aprovado, devido à má definição do objeto no edital.

Equipe responsável: auditores da Seccional da Cage junto à Secretaria da Educação, junto à Superintendência da Educação Profissional do Estado e junto ao Conselho Estadual da Educação; e a Seccional da Cage junto à Secretaria de Obras e Habitação, junto à Secretaria de Logística e Transportes, junto à Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia e junto à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano.

Auditoria Especial

Elaboração de PPCI

Solução: foi criado um Grupo de Trabalho (GT) com integrantes da Cage e da Procuradoria Geral do Estado (PGE), no qual uma câmara de conciliação com as empresas seria desenvolvida, visando a realização de acordos para conclusão dos contratos e execução dos PPCIs nos moldes necessários (projetos aptos a serem licitados). É através do GT que a equipe da Cage se mantém em contato com a PGE, visando dar continuidade a análise da situação que provocou a auditoria especial, e para propor encaminhamentos.

Resultado da ação: os resultados serão conhecidos após a conclusão do trabalho do GT, que atua para encontrar soluções aos respectivos contratos.

● Controle da Administração Direta

Auditoria Especial Programa Pró-Esporte RS

Ação: apuração de denúncias realizadas no âmbito do Programa Pró-Esporte/RS da Secretaria de Esporte e Lazer (SEL), as quais apontavam para indícios de utilização de empresas por artifício de simulação visando obter vantagem indevida.

Análise: o auditor responsável pela auditoria observou diversas irregularidades, dentre elas: indício de utilização de empresa de fachada, problemas de autenticidade das notas fiscais apresentadas e ausência de comprovação de despesas apresentadas na prestação de contas.

Equipe: auditor Ricardo Lacerda M. Santiago da Seccional da Cage junto à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural.

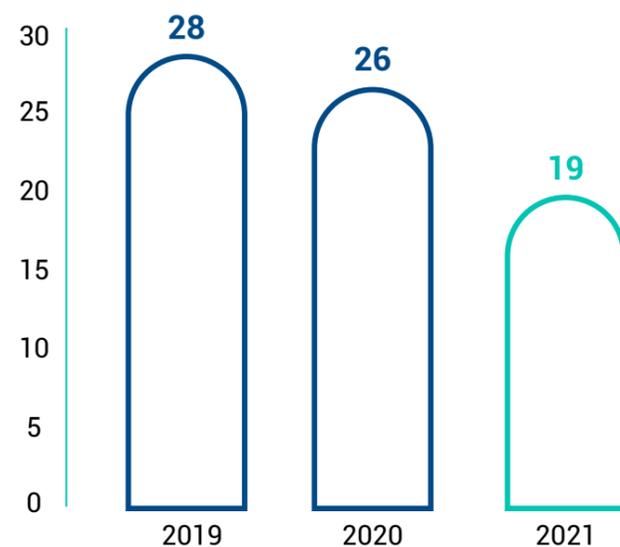
Solução: a recomendação de rejeição das prestações de contas foi acatada prontamente e houve formalização da aplicação das sanções previstas. Ademais, iniciou-se uma revisão do fluxo do procedimento do Programa Pró-esporte/RS no âmbito da SEL.

Resultado da ação: a Procuradoria-Geral do Estado e o Ministério Público Estadual iniciaram avaliação acerca das possíveis ações que poderiam ser instauradas contra os denunciados.

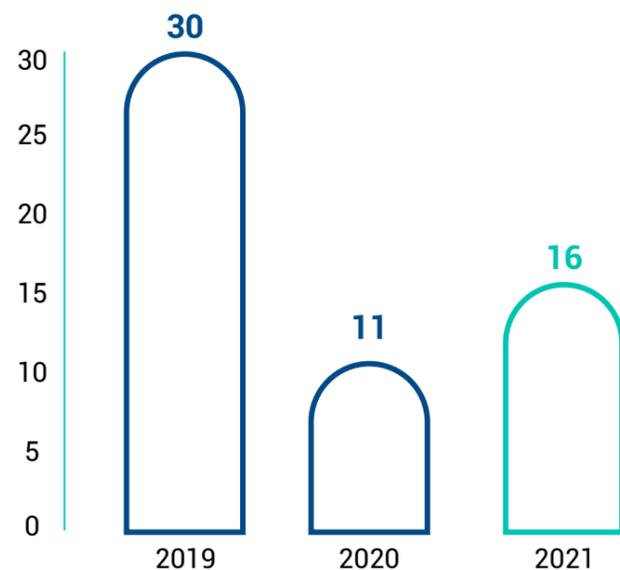
Auditoria Eficiente

Neste exercício, a Divisão de Controle da Administração Direta (DCD) da Cage consolidou o ganho de eficiência na emissão de documentos de auditoria alcançado em anos anteriores. Isso se deu em razão da implantação de métodos ágeis no fluxo de revisão, priorizando a emissão tempestiva de documentos de auditoria. O trabalho de implantação foi realizado em parceria com o Gabinete da Cage.

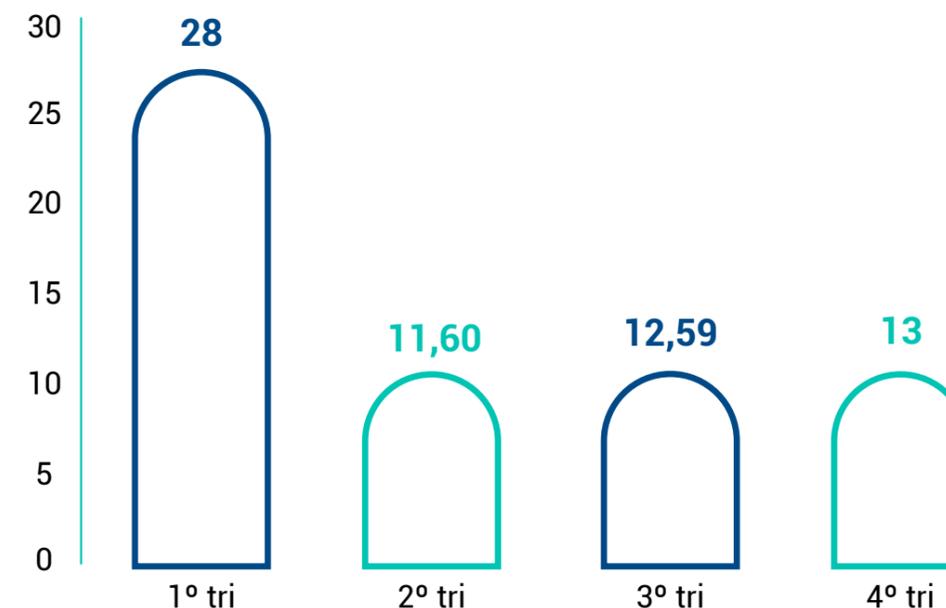
Emissão de documentos de auditoria



Tempo médio de revisão dos documentos de auditoria (dias)



Tempo médio de revisão de documentos por trimestre (2021)



Sobre

Destaca-se que o procedimento de acompanhamento das recomendações expressas nestes documentos foi atualizado. Cada orientação está sendo acompanhada em sistema específico, prática que auxilia os auditores no *follow-up* (acompanhamento) dos trabalhos realizados.

● Manual de Auditoria

Atualização

Em 2021, a Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI) da Cage trabalhou na revisão e na atualização do **Manual de Auditoria - Políticas e Procedimentos**, a partir das experiências práticas dos auditores desde a elaboração da 1ª edição. Como destaque, cita-se a criação de um capítulo exclusivo para tratar sobre o “Universo de Auditoria” e a criação de um Apêndice sobre “Matriz de Achados”. A perspectiva é de que a 2ª edição seja finalizada e lançada em 2022.

Conteúdo

O **Manual de Auditoria – Políticas e Procedimentos** reúne de forma padronizada os procedimentos nas três fases do trabalho de auditoria interna: planejamento, execução e comunicação dos resultados. No documento de aproximadamente 100 páginas constam também os requisitos e modelos de papéis de trabalho estabelecidos para a adequada documentação de cada uma das etapas. O Manual foi baseado em práticas de liderança em auditoria interna visando à implementação da Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (*International Professional Practices Framework - IPPF*).

O Manual reúne orientações sobre o processo de auditoria interna, conferindo consistência e identidade ao trabalho da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), contribuindo, assim, para que o órgão central do sistema de controle interno do Estado atinja seu propósito de “qualificar a gestão pública para a realização dos seus objetivos em prol do bem-estar da sociedade gaúcha”.

Propósito

Publicado em 2020, o Manual de Auditoria é considerado a principal entrega vinculada à ação de “elaborar e divulgar Manual de Política e Procedimentos de Auditoria” prevista no planejamento estratégico da Cage. Também é considerado o primeiro passo no processo de convergência à IPPF.



● Controle da Administração Indireta

Em 2021, a Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI) da Cage promoveu 32 auditorias, sendo 24 de exercício e 8 de acompanhamento, considerando as encerradas no ano. Das oito auditorias de acompanhamento, quatro foram de desestatização. Uma auditoria especial na Metroplan apurou a concessão de passe livre a usuários do sistema de transporte coletivo da Região Metropolitana. E outra auditoria, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), resultou na emissão de uma notificação.

Ação

Auditorias: 32

Auditoria Especial: 1

Tomada de Contas Especial: 1 na CEEE-D*.

*O trabalho, embora realizado em 2020, não foi relatado no Relatório de Atividades daquele ano em razão de ter sido prorrogado até 2021.

Resultado

Informações emitidas pela Seção de Consultoria e por auditores de campo (via Sistema PROA - Processos Administrativos): **50**

Orientações da DCI por e-mail: **206**

Relatórios de Auditoria publicados no Portal da Transparência RS: **49** (18 a mais em relação ao ano de 2020).

Sobre

As auditorias realizadas pela DCI consistem na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da Administração Indireta, quanto à legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, efetividade e economicidade.

Composição

A Administração Indireta é composta por 17 Sociedades de Economia Mista; 11 Fundações de Direito Privado; 10 Autarquias; 1 Empresa Pública; e 1 Fundação de Direito Público, totalizando 40 entidades.

Em atendimento às demandas das entidades da Administração Indireta.

Contemplam recomendações que visam à adequação da atividade administrativa ao arcabouço legal do Estado, fundamentalmente aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência e economicidade.

● Controle da Administração Indireta

Auditoria Especial

Metroplan

Ação: análise dos controles aplicados pela Metroplan no programa "Passe Livre" no que tange a sua execução, bem como os critérios de concessão às famílias enquadradas no quesito de baixa renda.

Análise: a equipe verificou a existência de risco de estudantes com renda per capita superior àquela estipulada em norma legal estarem usufruindo do benefício. A equipe ainda apurou a necessidade de implantação de bilhetagem eletrônica em algumas empresas, visto o volume de fraudes existente em empresas que já possuem o dispositivo de controle.

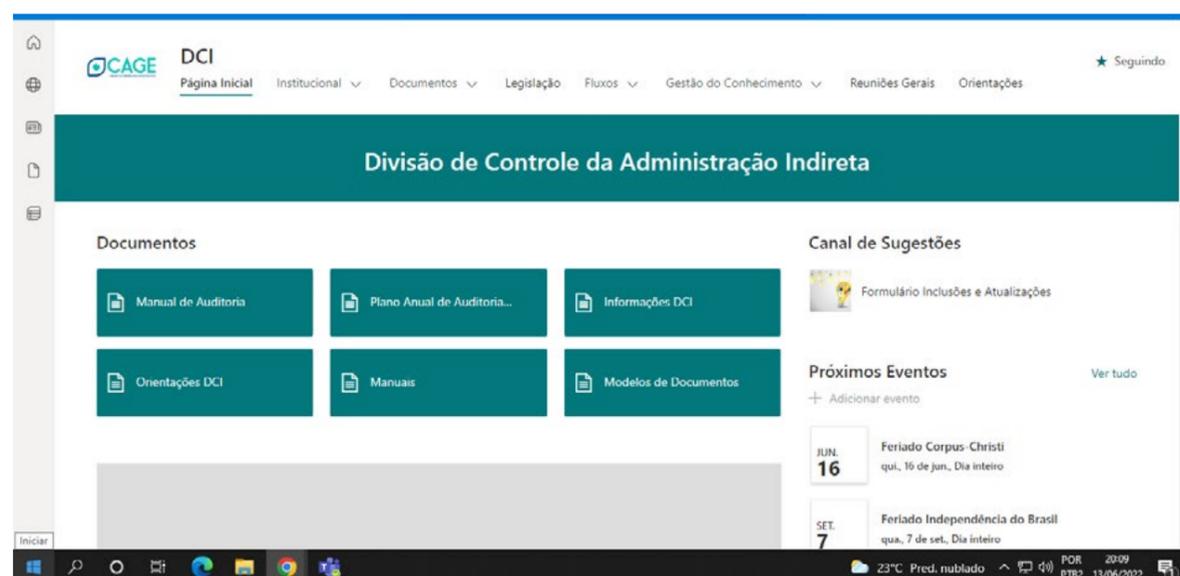
Equipe responsável: auditor-fiscal da Receita Estadual Luís André Cabral de Carvalho e o auditor do Estado Paulo Roberto Nunes Ferreira.

Solução: a equipe de auditoria recomendou a implementação de controle com pesquisas sociais em conjunto ou não com outras entidades do Estado para aferir o conteúdo declarado como renda *per capita* pelos usuários do programa. A equipe ainda recomendou o estímulo à implantação da bilhetagem eletrônica nas empresas que não possuem.

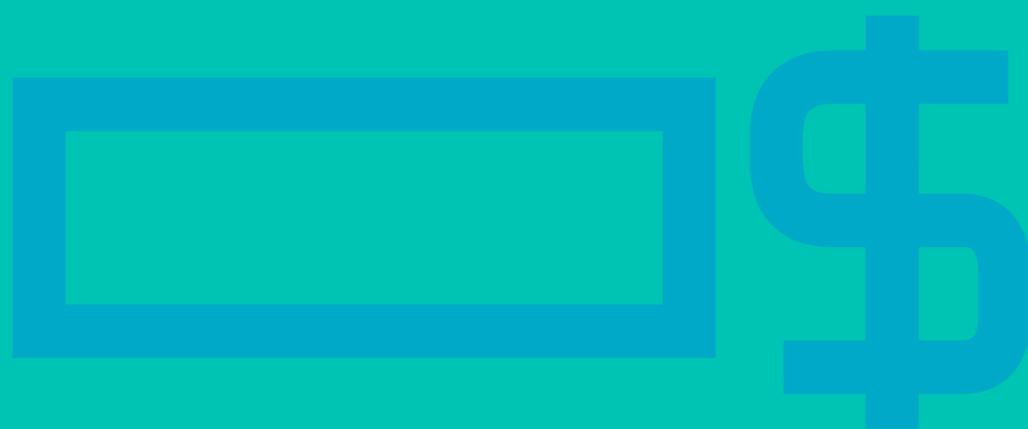
Resultado da ação: será conhecido após avaliação na próxima auditoria.

● Portal DCI

A Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI) da Cage desenvolveu o projeto do Portal DCI, no primeiro trimestre de 2021, e implementou-o em maio. A equipe utilizou o Microsoft Sharepoint como ferramenta de desenvolvimento e hospedagem das páginas e dos conteúdos disponíveis aos usuário. A forma de acesso é por meio da Intranet, e está acessível somente ao público interno da Secretaria da Fazenda. O objetivo do novo portal é centralizar em um único local o acesso às informações, aos documentos e aos serviços da Divisão, de modo a facilitar e agilizar o trabalho dos servidores. Novas funcionalidades e mais conteúdo foram incorporados ao Portal DCI, ao longo de 2021.



Contabilidade



Balanço Geral do Estado

Pelo segundo ano consecutivo, o Balanço Geral do Estado, neste caso, referente ao exercício de 2020, foi disponibilizado ao governador do Estado, em formato digital, para entrega à Assembleia Legislativa. A opção por essa mídia alinha-se ao foco no Governo Digital do Planejamento Estratégico, evitando a impressão e publicação do documento em grandes volumes.



Secretário Marco Aurelio, governador Eduardo Leite, contador e auditor-geral Rogerio Meira, e o auditor Felipe Bittencourt com a versão digital do balanço. – Foto: Felipe Dalla Valle/Palácio Piratini

O Balanço Geral do Estado, que constitui a prestação de contas governamental, elaborado pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), torna efetiva a obrigação do governante em demonstrar à sociedade a aplicação de recursos públicos provenientes da arrecadação de impostos.



Constituição Estadual

Inciso XII do art. 82 Compete ao governador prestar à Assembleia Legislativa, até 15 de abril de cada ano, as contas referentes ao exercício anterior e apresentar-lhe o relatório de atividades do Poder Executivo.

● Qualificação Contábil

Tendo em vista o propósito do contínuo aprimoramento, e conforme previsto em seu planejamento, a Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC) da Cage procedeu à revisão dos seguintes Relatórios previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO): anexos 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 14.

Relatório de Gestão Fiscal (RGF): anexos 1, 2, 4, 5 e 6.



Todos os anexos do RREO e RGF foram 100% revisados e atualizados para a 11ª edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais (MDF).

Destacam-se também as alterações efetuadas no anexo 3 do RREO (Demonstrativo da Receita Corrente Líquida) e no anexo 1 do RGF (Demonstrativo de Pessoal), em decorrência de alterações legais (Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021 e Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021).

A DNC promoveu ainda as seguintes ações de aprimoramento contábil:

● Fonte de Recursos Padronizada

A Fonte de Recursos Padronizada, estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional foi implantada no sistema de Finanças Públicas do Estado – FPE. Embora obrigatória somente para o exercício de 2023, a nova codificação já está sendo executada, será acompanhada ao longo de 2022 e, se necessário, efetuados os ajustes tempestivos. Cabe destacar que a fonte de recursos é uma codificação importante, pois está presente em todo planejamento e execução orçamentária (dotação, empenho, receita, etc.)

● Plano de Contas, Ementário da Receita e Ementário da Despesa

Plano de Contas e Ementário da Receita foram atualizados segundo o novo padrão nacional. Efetuada revisão geral no Ementário da Despesa.

● Guia de Lançamentos Contábeis

Os Guias de Lançamentos Contábeis elaborados pela Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC) da Cage, geralmente, estão relacionados a uma instrução normativa da Cage, conforme se verifica no seguinte caso:

Guia de Lançamentos Contábeis para Convênios com Recebimento Condicionado à Execução do Objeto – Conforme Instrução Normativa CAGE nº 6, de 1º de dezembro de 2020.

De outra forma, os guias são desenvolvidos quando a Divisão identifica a necessidade de orientar assuntos complexos não constantes em Instruções Normativas.

● **Orientação Contábil**

Desestatização da CEEE

Em 2021, a Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC) da Cage participou das discussões sobre as operações necessárias para a desestatização da CEEE, com a elaboração de Informações e Notas Técnicas. Seguem as principais operações:

- admissão pelo Estado da Folha de ex-Autárquicos da CEEE com contraprestação em imóveis e moeda corrente;
- integralização de ações na CEEE-Par com concomitante quitação do ICMS devido ao Estado pela CEEE-D, por meio do instituto da dação em pagamento.

Adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal

A DNC participou de reuniões, análise de cenários e elaboração de documentos necessários à adesão do Estado ao Regime Recuperação Fiscal (RRF). A participação foi direcionada aos impactos da adesão nos Relatórios Fiscais e Contábeis do Estado.

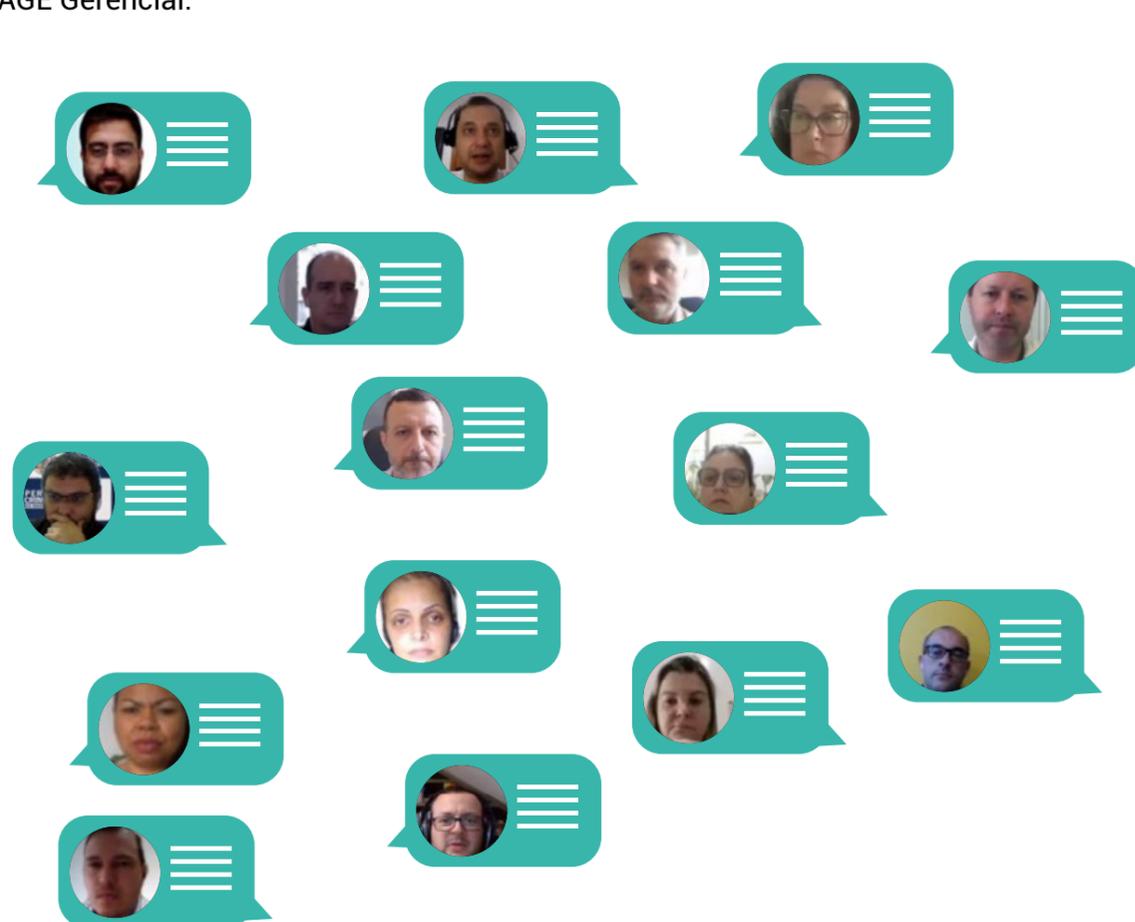
● Eventos

A Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC) da Cage promoveu tradicionais eventos em 2021, em que seus colaboradores participaram na condição de palestrantes e/ou representantes.

● Evento Orientativo sobre a Portaria de Encerramento do Exercício de 2021

Participaram mais de 80 servidores, entre auditores e técnicos da Cage, representantes da administração direta e de autarquias e fundações do Estado.

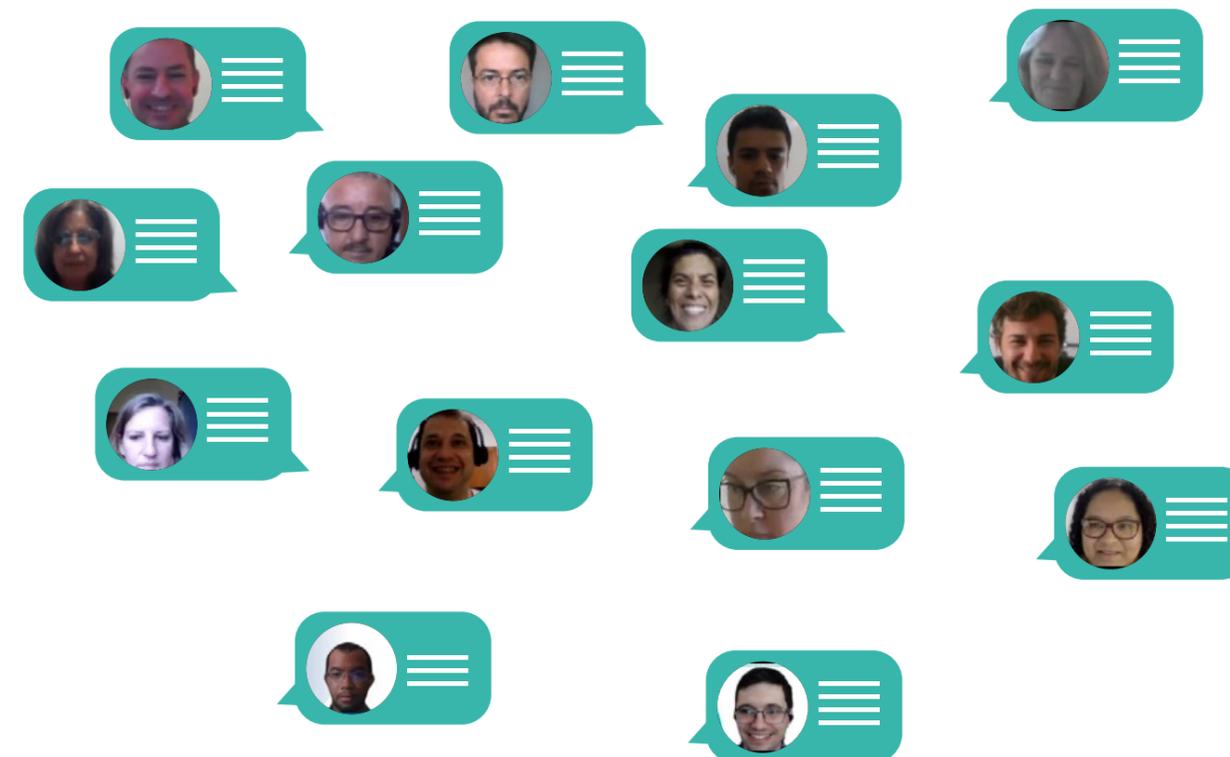
Conteúdo programático: prazos para realização de lançamentos contábeis de fechamento do exercício (inventário de bens e almoxarifado); prazos do cronograma de encerramento dos procedimentos de competência da Divisão de Tecnologia da Informação (DTI); a excepcionalização de anulações e estornos de empenho; e demonstração da forma de acesso ao CAGE Gerencial.



● Evento Preparatório de Encerramento do Exercício de 2021

A 10ª edição do evento preparatório de encerramento do exercício, promovido anualmente pela DNC, reuniu mais de 60 participantes, entre servidores da Cage e contadores de autarquias e fundações do Estado. Pelo segundo ano consecutivo, o tradicional evento foi realizado na modalidade virtual.

Conteúdo programático: Plantão CASP (contextualização, edições realizadas e próximas edições); andamento do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSAS); resgate de procedimentos obrigatórios a serem efetuados ao final do exercício e as alterações para o exercício seguinte. Foram abordados os lançamentos contábeis de encerramento do exercício de 2021; as demonstrações contábeis; as notas explicativas; e o cronograma de encerramento.



● Eventos

● Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF)

A Câmara é responsável por subsidiar a elaboração, pela Secretaria do Tesouro Nacional, das normas gerais relativas à consolidação das contas públicas referidas no § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Tem caráter técnico e consultivo, manifestando-se através de recomendações consignadas em atas, e deve nortear-se pelo diálogo permanente, tendente a reduzir divergências e duplicidades, em benefício da transparência da gestão contábil e fiscal, da racionalização de custos nos entes da Federação e do controle social.

Entidades com representantes na Câmara (1 titular e 1 suplente cada):

Controladoria-Geral da União (CGU), Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF, Confederação Nacional de Municípios (CNM), Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Subsecretaria de Contabilidade (Sucon), da Secretaria Nacional do Tesouro, Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Tribunal de Contas da União (TCU), **Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal - Comsefaz**, Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, Secretaria de Orçamento Federal - SOF, Senado e Defensoria Pública da União (DPU).

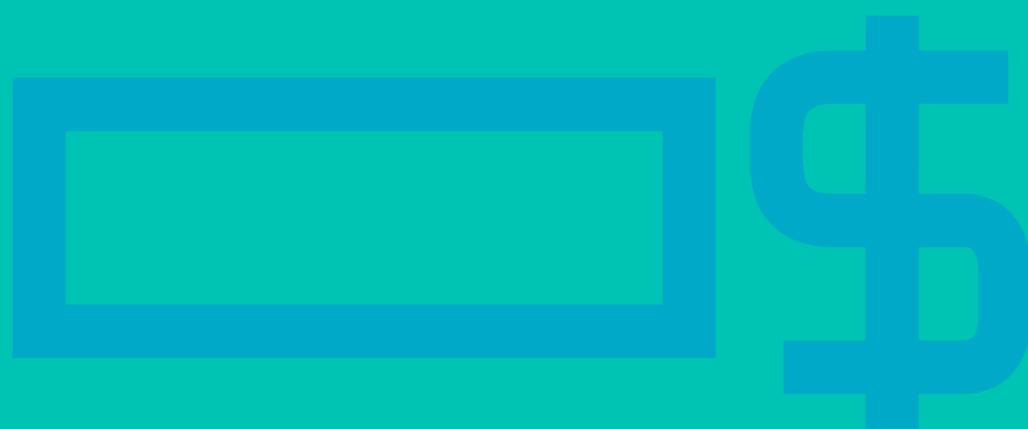
O Comsefaz e o Confaz são entidades que representam os 26 Estados e o Distrito Federal. Felipe Bittencourt, chefe da Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC), da Cage, é o titular representante do Comsefaz. Nas reuniões da CTCONF são discutidas regras para contabilização e elaboração dos relatórios contábeis e fiscais.

● Programa de Capacitação nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP)

Os auditores da DNC/Cage participaram, na condição de instrutores, das seguintes normas: NBC TSP 20 – Divulgação de Participações em Outras Entidades e NBC TSP 29 – Benefícios Sociais. O curso foi realizado, em 2021, pelo Ibracon - Instituto Independente de Auditoria do Brasil, e destinado principalmente aos contadores de Estados e Municípios, com o objetivo de atualizar quanto às NBC TSP. Gravação do curso [disponível aqui](#).

O Programa é uma iniciativa do Ibracon, do Conselho Federal de Contabilidade e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Tem o objetivo de capacitar gratuitamente os profissionais da contabilidade interessados e/ou atuantes no setor público, a partir de conteúdo e instrutores de alto nível.

Integridade, Compliance e Combate à Corrupção



● Integridade e Lei Estadual Anticorrupção

● Comissão Permanente de Responsabilização da Pessoa Jurídica

A Comissão foi instituída em novembro de 2021 para o exercício das competências conjuntas da Cage e da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), previstas na Lei Anticorrupção Estadual (Lei nº 15.228/2018). Para o primeiro mandato, foi designado como presidente um auditor da Divisão de Estudos e Orientação (DEO) da Cage. Em dezembro, foi realizada a primeira reunião da Comissão e definido o planejamento dos trabalhos para o início de 2022, entre os quais se destaca a normatização do fluxo de trabalho conjunto da Cage e da PGE de modo a dar mais celeridade aos processos.



Competirá à Cage, como órgão central do controle interno do Estado, a função de analisar e certificar os programas de integridade apresentados pelas pessoas jurídicas que venham a ser contratadas pelo Estado ou que apresentarem tais programas no bojo de processos administrativos de responsabilização; e, conjuntamente com a PGE, as funções de instaurar, apurar, julgar e auditar os processos administrativos de responsabilização pela prática de atos lesivos à Administração Estadual.

● Sistema de Controle dos Programas de Integridade (SCPI)

O SCPI foi idealizado pela DEO e desenvolvido com auxílio do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (Detic/Sefaz), para auxiliar na avaliação dos programas de integridade exigidos em contratos com a administração pública estadual, nos termos da Lei nº 15.228/2018. Em 2021, foram realizados testes no Sistema, que foi lançado em janeiro 2022.

● Sistema de Governança e Integridade do Estado do Rio Grande do Sul

Após uma participação intensiva da Cage em Grupo de Trabalho que envolveu vários órgãos, foi publicado o Decreto nº 56.237, de 7 de dezembro de 2021, o qual "Dispõe sobre o Sistema e a Política de Governança, Gestão e Integridade do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul". O referido Decreto consolidou o papel importante da Cage nas Políticas de Governança e Integridade, e trouxe novas obrigações aos órgãos e entidades estaduais nessa seara. Além disso, a Cage será o projeto-piloto no desenvolvimento do seu respectivo programa de integridade, a ser iniciado ainda no primeiro semestre de 2022.

● Nova seção no site da Cage: Integridade e Lei Anticorrupção

A seção Integridade e Lei Anticorrupção, desenvolvida no 2º semestre de 2021, e disponibilizada no site da Cage, reúne conteúdo exclusivo sobre a temática, organizado de maneira acessível e didática. Entre os assuntos apresentados na seção, destacam-se: fluxogramas dos processos de Procedimento Preliminar de Investigação - PPI e Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, previstos na referida legislação; fluxograma das avaliações dos programas de integridade exigidos em contratos e documentos com a íntegra dos quesitos, e pontuação a ser utilizada nas referidas avaliações.



Acesse aqui a página Integridade e Lei Anticorrupção



As Instruções Normativas Cage nº 5 e nº 6 de 2021 versam sobre normas essenciais para aplicação da Lei Anticorrupção Estadual. O conteúdo dos normativos está disponível na página 28 deste Relatório.

● Programa Nacional de Prevenção à Corrupção

Com estímulo e apoio direto da Cage, o Estado obteve 78% (setenta e oito por cento) de participação dos órgãos e entidades públicas estaduais no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC).

Na administração indireta, universo de atuação da DCI, a participação no PNPCC atingiu a marca 85% (oitenta e cinco por cento). O desempenho considerado acima da expectativa proveio da sensibilização e do engajamento de gestores da administração indireta, protagonizadas pela DCI, através de contatos diretos com técnicos e gestores, fornecendo o suporte necessário e reforçando os benefícios trazidos pela adesão ao PNPCC.

Igualmente importante foi a participação da Divisão de Controle da Administração Direta (DCD) da Cage no processo de engajamento dos gestores da administração direta, através de uma ação com os coordenadores das seccionais. Estes, cientes dos benefícios do PNPCC ao serviço público e à população do Estado do Rio Grande do Sul, se empenharam ao máximo em incentivar essa adesão. A DCD ainda ofereceu suporte centralizado através da sua Seção de Auditoria e Fiscalização (SAF).



Alcance

A adesão ofereceu às organizações públicas a oportunidade de se autoavaliarem quanto às suscetibilidades à fraude e à corrupção por meio do Sistema e-Prevenção, que consiste numa plataforma de autosserviço destinada a auxiliar as organizações públicas a melhorarem seus sistemas institucionais de prevenção. A partir desse diagnóstico, gestores estaduais se credenciaram para ter acesso a ferramentas e a diretrizes voltadas ao contínuo aperfeiçoamento.

Prevenção

A ferramenta, de viés preventivo, foi disponibilizada ao gestor para ajudá-lo na implantação de práticas que aprimorem a integridade de sua organização. Por meio de um diagnóstico individual e sigiloso, oferecido ao término da autoavaliação, fragilidades existentes foram identificadas.

Resultado e meta

A partir do autodiagnóstico, será oferecido, em 2022, um plano de ação específico, que apresentará sugestões e propostas adequadas às necessidades de cada entidade. O PNPCC deverá oferecer ainda orientações, treinamentos e modelos para implantação das melhores práticas de prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento de potenciais irregularidades. A plataforma permanecerá aberta para que gestores possam marcar as melhorias implementadas ao longo do tempo.

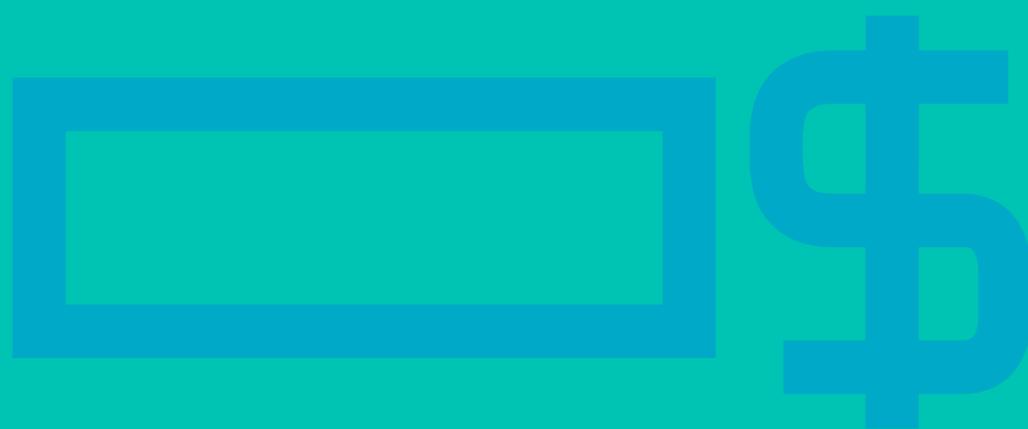
Maiores informações sobre o PNPCC podem ser obtidas no endereço eletrônico

<http://www.rededecontrole.gov.br/estrategia-nacional-de-prevencao-a-corrupcao/>

Sobre

O PNPCC é uma iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e foi desenvolvido sob a coordenação do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU). O Programa foi lançado em março de 2021, e a divulgação dos resultados do autodiagnóstico das organizações públicas por meio do sistema e-Prevenção ocorreu em dezembro (8) do mesmo ano.

Transparência e Controle Social



Portal da Transparência RS

O Portal da Transparência do Rio Grande do Sul é considerado a maior entrega da Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) da Cage em 2021. A equipe da DTI conduziu o projeto do novo Portal, desenvolvido para facilitar a busca aos números e informações do Estado, reforçando o compromisso da gestão com a transparência e aprimorando a experiência da sociedade no controle dos gastos públicos estaduais. O Portal, lançado em dezembro de 2021, apresenta nova *interface*, *layout* mais moderno e melhorias para o acesso das informações pelo cidadão.

Indicadores do Portal

Até 5 de dezembro de 2021

Usuários: **11 mil**

Número de acessos ao Portal:

14 mil sessões abertas.

A partir de 6 dezembro de 2021 (data de lançamento do novo Portal)

Usuários: **53 mil**

Número de acessos ao Portal: **72 mil** sessões abertas.



Além de ser responsivo, o novo Portal (<https://www.transparencia.rs.gov.br/inicio>) é de fácil navegação, e as informações estão estruturadas em três grandes pilares identificados por cores:

Receitas: com dados sobre a arrecadação do Estado (cor verde);

Despesas: com informações dos gastos realizados pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público Estadual e pelo Tribunal de Contas do Estado (cor vermelha);

Controle e Fiscalização: com relatórios, dados e publicações que possibilitam à sociedade vistoriar a boa aplicação dos recursos públicos (cor amarela).

A versão do portal destaca os serviços da “Central de Atendimento” do Estado, coordenada pela Casa Civil, que passam a ter mais visibilidade na capa. Por meio dela, é possível acessar de forma mais rápida e fácil os serviços de Acesso à Informação (LAI), Denúncia, Ouvidoria e Descomplica RS.

No menu “Controle e Fiscalização”, é possível acessar os Diários Oficiais do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e da Defensoria Pública.

● Portal da Transparência RS

Na última aferição da Escala **Brasil Transparente – Avaliação 360º: análise da transparência pública**, realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU), entre abril e dezembro de 2020, o Portal da Transparência do RS recebeu nota **9,72**. Isso antes do lançamento da nova versão. Os próximos avanços previstos para o site têm o intuito de melhorar ainda mais a sua nota e posição no *ranking*.

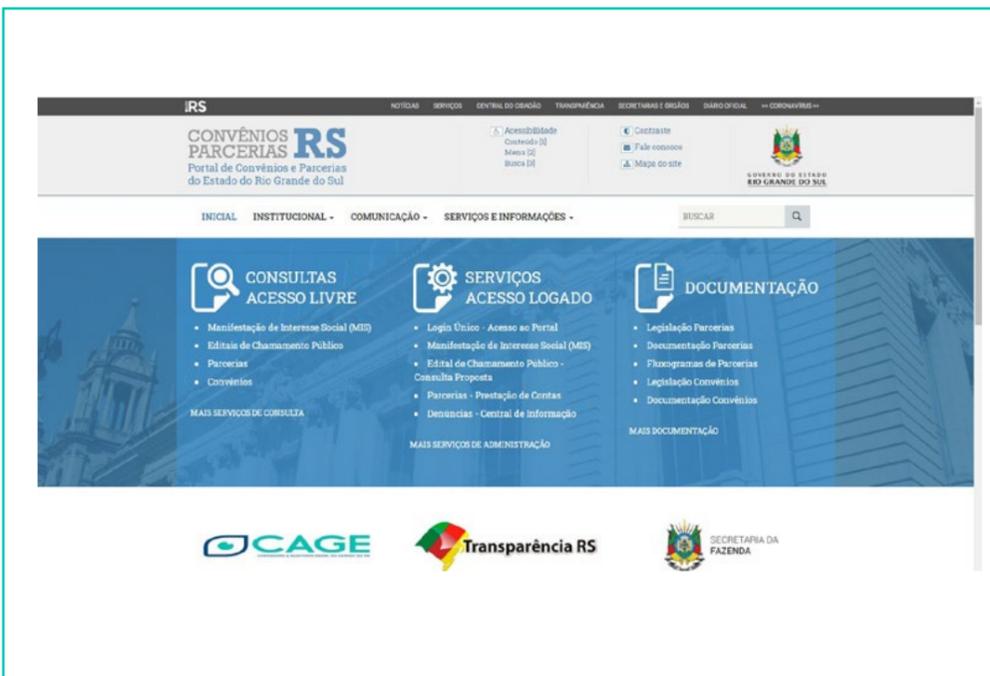
Posição	UF	Nota
1	Ceará	10,0
1	Espírito Santo	10,0
1	Minas Gerais	10,0
4	Paraná	9,96
5	Mato Grosso do Sul	9,93
6	Amapá	9,83
6	Paraíba	9,83
8	Alagoas	9,75
9	Distrito Federal	9,74
9	Mato Grosso	9,74
11	Rio Grande do Sul	9,72
12	Pernambuco	9,6
12	Rondônia	9,6
12	São Paulo (Estado)	9,6
15	Santa Catarina	9,21

Sobre

Criado para atender a demanda da sociedade por informações sobre a gestão pública, conforme determinação constitucional e legal, o Portal da Transparência RS possibilita ao usuário fazer consulta a análises, a contratos assinados pelo Poder Executivo e aos dados abertos (em formato bruto), permitindo a utilização em aplicações digitais desenvolvidas pela sociedade. O Portal da Transparência RS é gerenciado pela Cage, por meio da Divisão de Tecnologia da Informação (DTI), que tem a responsabilidade de viabilizar e disponibilizar dados e informações.

● Portal Convênios e Parcerias RS

O Portal Convênios e Parcerias RS é uma ferramenta de gestão que sistematiza as informações sobre convênios e parcerias celebradas pelo Estado, por meio de suas secretarias e entidades, com municípios e organizações da sociedade civil. Em 2021, o Portal recebeu mais de **24 mil acessos** (sessões abertas). A Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) da Cage é responsável pelo gerenciamento da ferramenta que, além de oferecer serviços de administração restritos ao usuário com login e senha e aba para acesso a documentos e legislações específicas, também dispõe de espaço livre para consultas sobre editais de chamamento público, parcerias e convênios, entre outras opções.



PÁGINA	VISUALIZAÇÕES POR PÁGINA	PORCENTAGEM DE VISUALIZAÇÕES POR PÁGINA
Inicial	24.115	40,49%
Prestação de Contas Parcerias	12.079	20,28%
Consultar parcerias firmadas	4.915	8,25%
Consultar chamamento	3.895	6,54%
Parcerias	2.115	3,55%

Sobre

Ao disponibilizar dados referentes aos convênios e parcerias firmadas pelo Estado, o Portal Convênios e Parcerias se fortalece enquanto ferramenta de transparência e controle social, através do qual é possível acompanhar, prioritariamente, a execução dos convênios e parcerias em que o Estado atua como repassador de recursos. Além de ser um canal para divulgação dos editais de chamamento.

● Convênios e Parcerias RS

Foram celebradas e cadastradas no sistema 289 parcerias em 2021 - 91 a mais do que no ano anterior. Juntas elas somam **R\$ 39.060.211,70** em recurso descentralizado e destinado para execução dos seguintes programas que mais receberam investimentos:

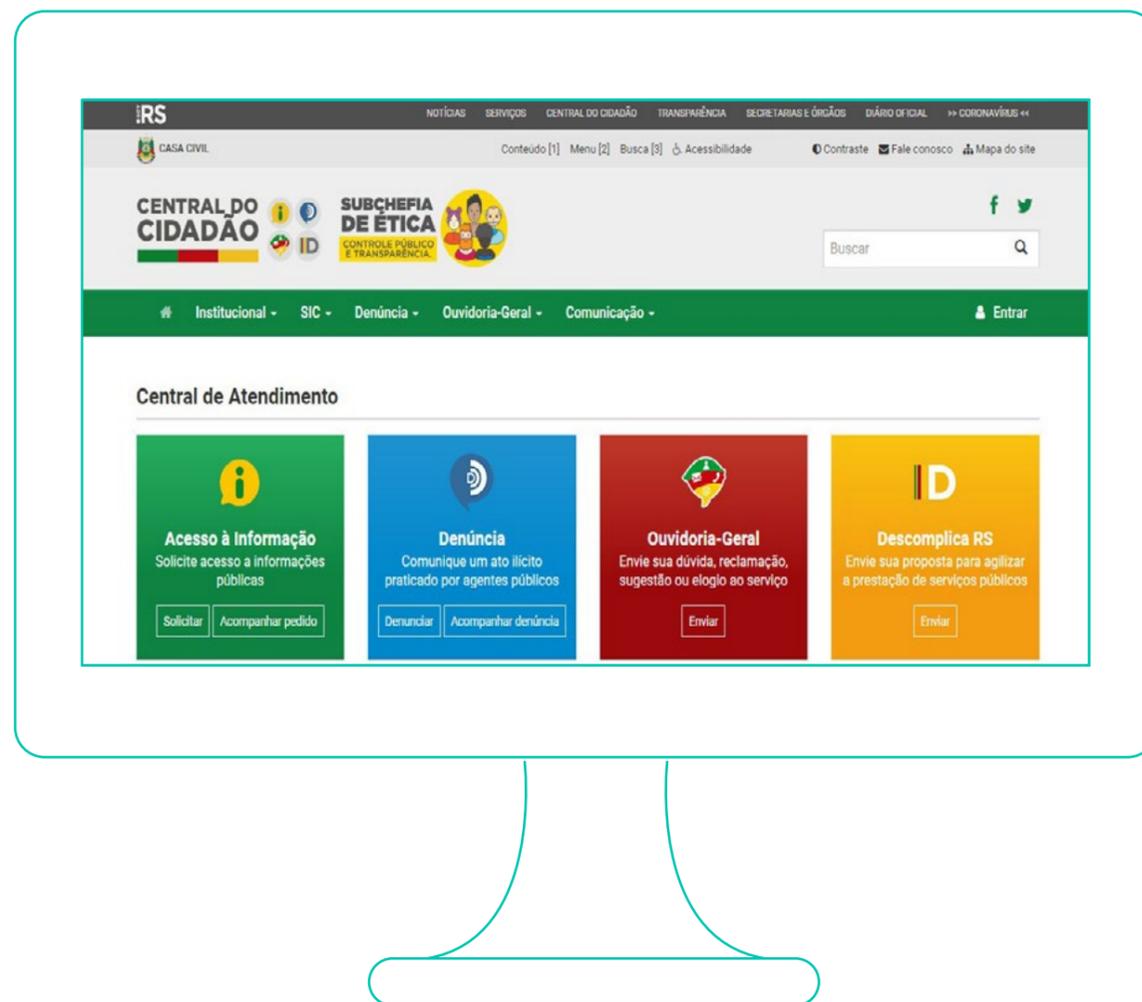
Administração Pública	Parceiro	Programa
Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo	Instituto Pobres Servos da Divina Providência	Pod+: Programa de oportunidades e direitos
Secretaria de Planejamento Governança e Gestão	Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do RS	Desenvolvimento Regional
Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia	Fundo Integração Desenvolvimento da Educação do Noroeste do RS	Conhecimento em Inovação, Ciência e Tecnologia

Sobre os convênios, os três maiores assinados em 2021 foram o seguintes:

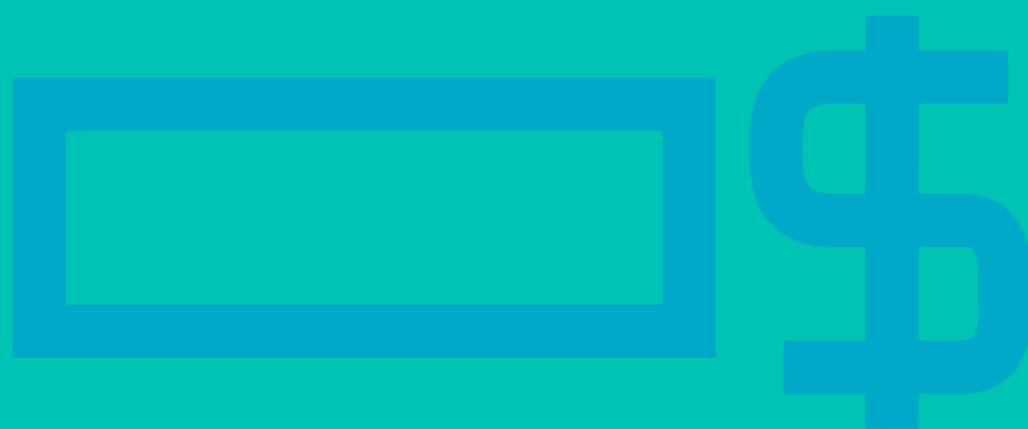
Estado	Celebrante do convênio	Objeto ou Programa
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano	Município de Caxias do Sul	Desenvolvimento Territorial e Mobilidade Urbana
Secretaria da Saúde	Fundação Universitária de Cardiologia	Melhoria do acesso aos serviços de saúde
Secretaria da Fazenda	Famurs	Encargos Especiais - EFE

● Lei de Acesso à Informação

Em 2021, o gestor da Cage responsável por assuntos referentes à Lei de Acesso à Informação (LAI) atendeu a mais de **20 demandas** de acesso à informação por meio do endereço eletrônico (www.centraldeinformacao.rs.gov.br/inicial). Na condição de representante da Secretaria da Fazenda, a Cage participou de cinco reuniões da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI/RS), a quem compete decidir, no âmbito da administração pública estadual, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas, e avaliar recursos de interessados que não tiveram atendidas as suas solicitações.



Pessoas e Conhecimento



Pessoas

O quadro de pessoal da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) é formado por 211 colaboradores, entre servidores, cargos em comissão, terceirizados e estagiários. No comparativo com o ano de 2020, houve um acréscimo de 13 profissionais, sendo que, 6 foram alocados na Divisão de Controle da Administração Direta (DCD), uma vez que a unidade foi a que mais perdeu servidores (11), em 2019. A maioria, o equivalente a 74,4% dos colaboradores, está lotado nas Divisões de Controle das Administrações Direta e Indireta.

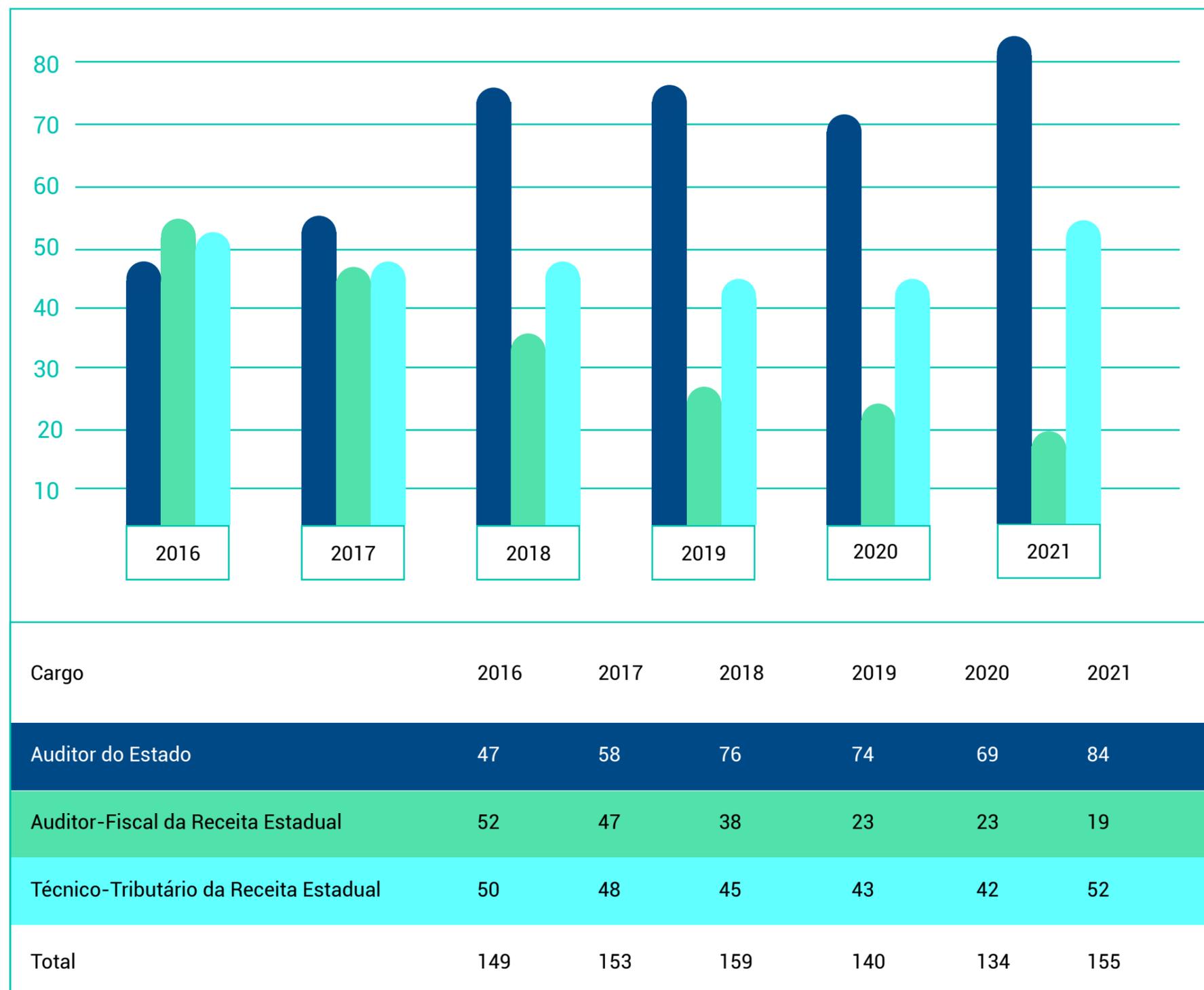
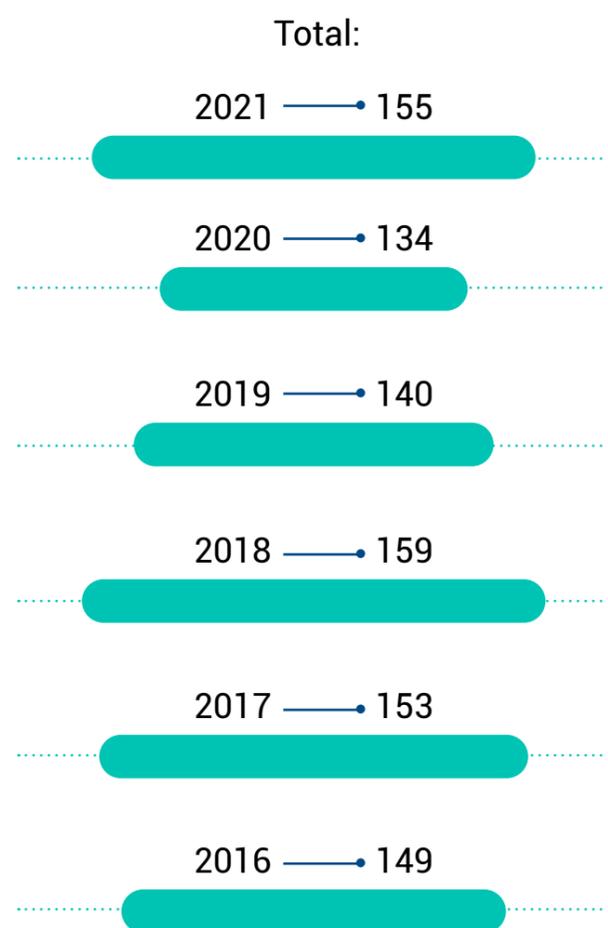
OS SERVIDORES ESTÃO DIVIDIDOS EM TRÊS CARGOS PRINCIPAIS:



Área	Servidores	Terceirizados	Estagiários	Cargos em Comissão	Total	%
Divisão de Controle da Administração Direta	88	34	0	1	126	59,7%
Divisão de Controle da Administração Indireta	26	5	0	0	31	14,7%
Divisão de Tecnologia da Informação	12	3	0	0	15	7,1%
Gabinete da Cage	7	4	0	1	12	5,6%
Divisão de Estudos e Orientação	7	2	0	0	10	4,7%
Divisão de Informação e de Normatização Contábil	8	0	1	0	9	4,2%
Divisão de Informações Estratégicas	7	1	0	0	8	3,7%
Total	155	49	1	2	211	100%

● Evolução do Quadro

A Lei Orgânica da Cage (Lei Complementar nº 13.451/2010) prevê um quadro de pessoal formado por 170 auditores. Se considerado o número total de auditores do Estado (AE) e auditores-fiscais da Receita Estadual (AFRE), computados até o término de 2021, o percentual de cargos vagos é de 39%. Caso o quadro de auditores fosse formado somente por AEs, a taxa de vacância aumentaria para 49%.



● Reposição do Quadro de Pessoal

A equipe da Cage foi reforçada pela chegada de 20 auditores do Estado em 2021. Com o ingresso dos novos servidores, a meta de reposição do quadro de pessoal da Cage foi alcançada no exercício. O primeiro auditor tomou posse em fevereiro. Depois foi a vez da 5ª turma, composta por 17 auditores, empossados em maio, e mais dois no mês de junho, totalizando 20 novos AEs.

Curso de Formação (específico da Cage)

De 18 de maio a 6 de junho de 2021, o grupo formado por 18 AEs (empossados em fevereiro e maio) foi capacitado no módulo específico do programa de formação da Cage, realizado de forma virtual, e constituído das seguintes etapas:

- Recepção da Equipe Diretiva da Cage e das assessorias especializadas;
- Apresentação institucional e abordagem geral da estrutura e das atividades desempenhadas;
- Palestra sobre os princípios da administração pública ministrada pelo professor adjunto de Administração Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Aragon Érico Dasso;
- Revezamento das equipes das seis Divisões da Cage na execução do programa, que consistiu na apresentação das bases teóricas, das atribuições, das suas estruturas e das respectivas atividades realizadas;
- Apresentação dos sistemas e dos principais produtos e projetos em andamento, do portfólio de documentos emitidos, dos processos de auditoria;
- Realização de dinâmicas, como *quiz*, exibição de cases para solução de problemas em andamento, e estudos de casos concretos;
- Entrevista do Gabinete (contador e auditor-geral, adjuntos e assessoria) com os novos auditores.

Perfil dos novos AEs

O grupo dos novos auditores é formado por duas mulheres e 18 homens, com idade média de 34 anos. A maioria dos novos auditores é natural do Estado do Rio Grande do Sul, seguido pelos nascidos nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Além de Alagoas, Paraná, Maranhão, Santa Catarina e Minas Gerais. Consideradas todas as graduações concluídas, a maior incidência é de auditores formados em Administração, oito no total; os demais têm formação em Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito.



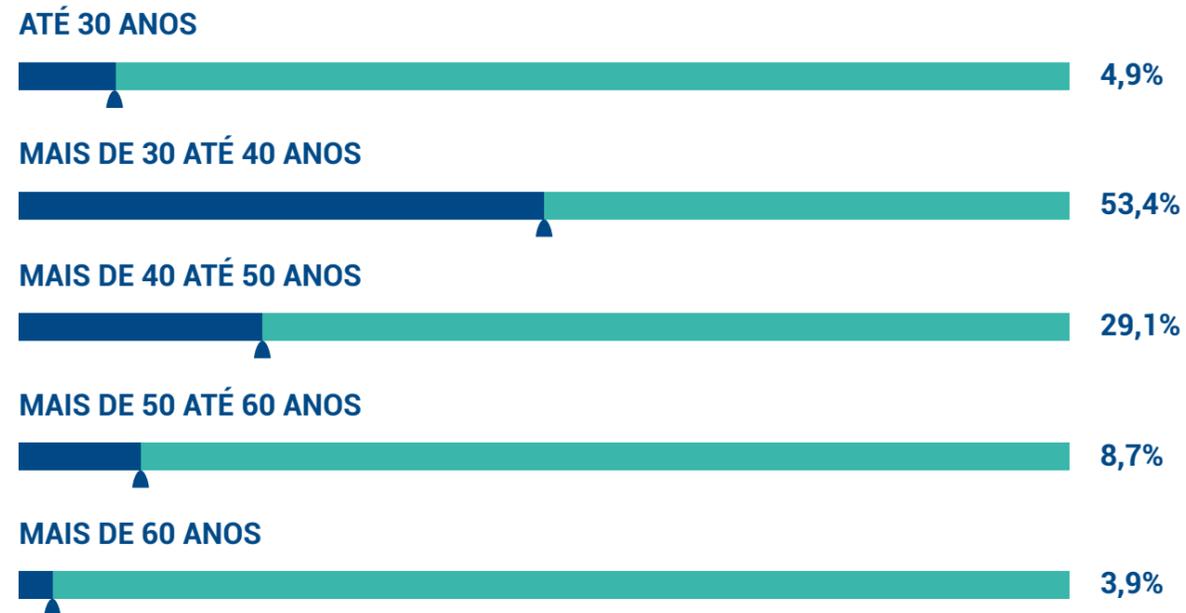
A apresentação dos novos auditores do Estado (5ª turma) está na Edição Especial, do Informe Geral da Cage, divulgado em junho de 2021, disponível em: <https://cage.fazenda.rs.gov.br/conteudo/17561/informe-geral>

Novos TTREs

A Cage também passou a contar com mais 10 técnicos tributários da Receita Estadual (TTRE) em seu quadro de pessoal.

Audidores da Cage

IDADE



GÊNERO

87%

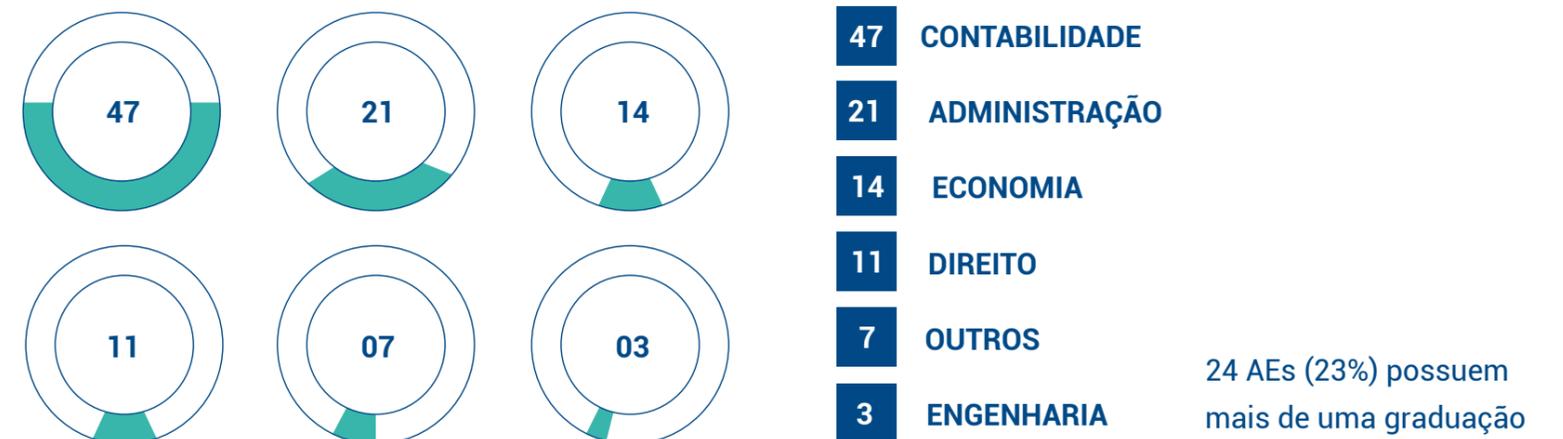
HOMEM

13%

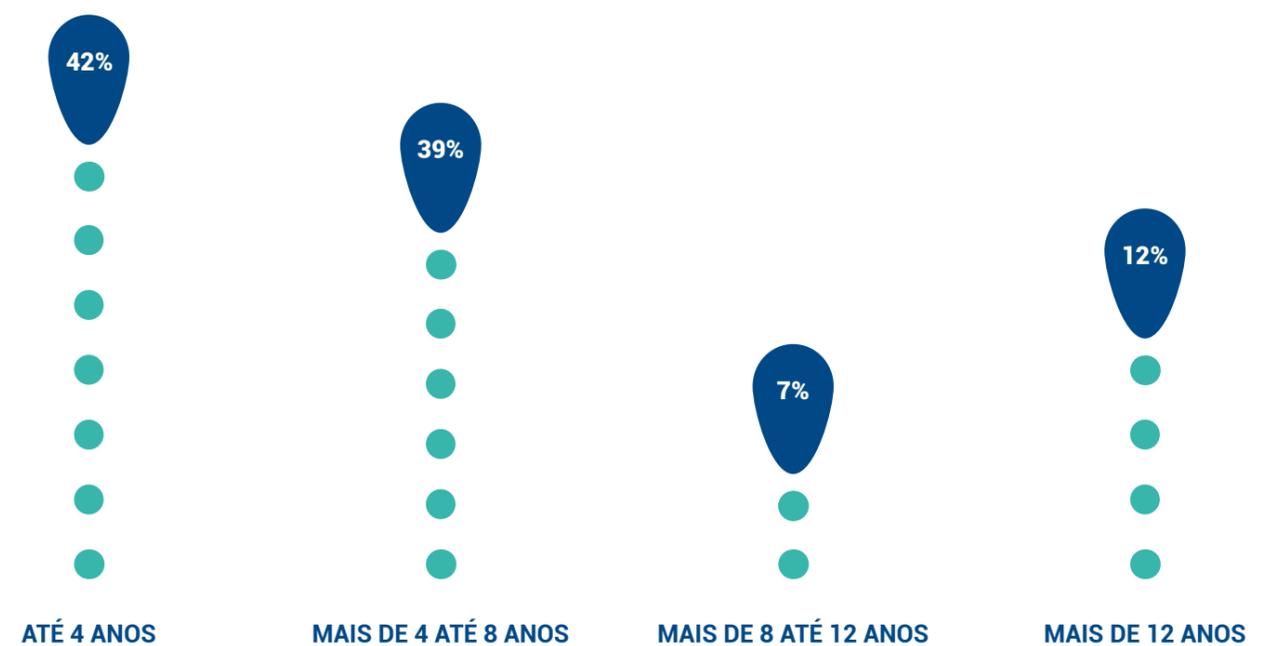
MULHER



FORMAÇÃO

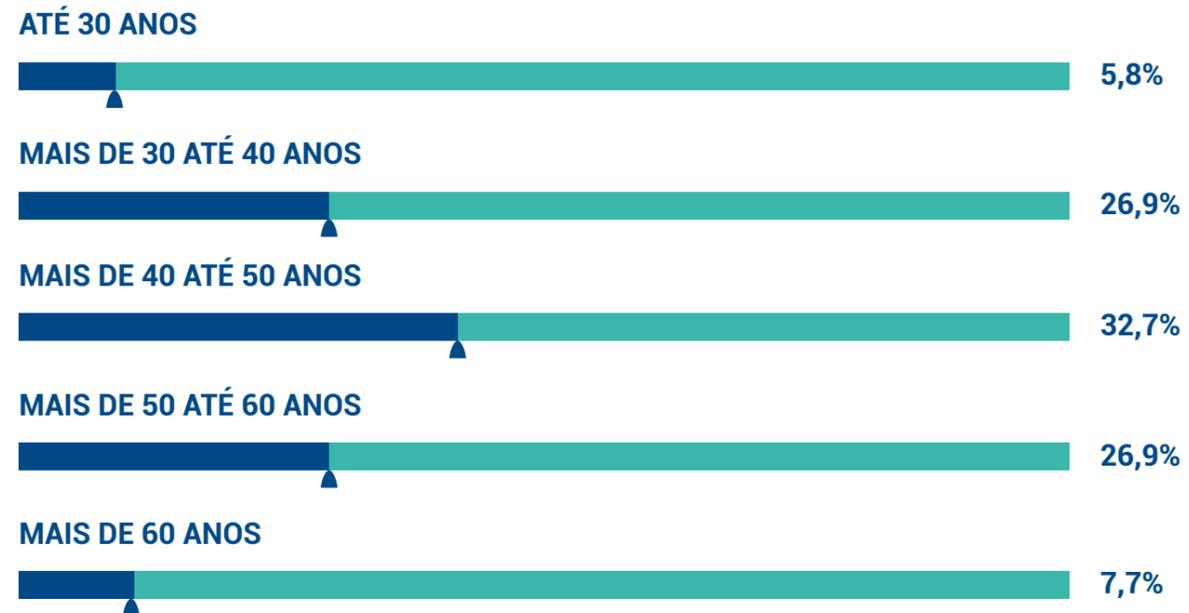


TEMPO NA CAGE



● Técnicos da Cage

IDADE



GÊNERO

67%

HOMEM

33%

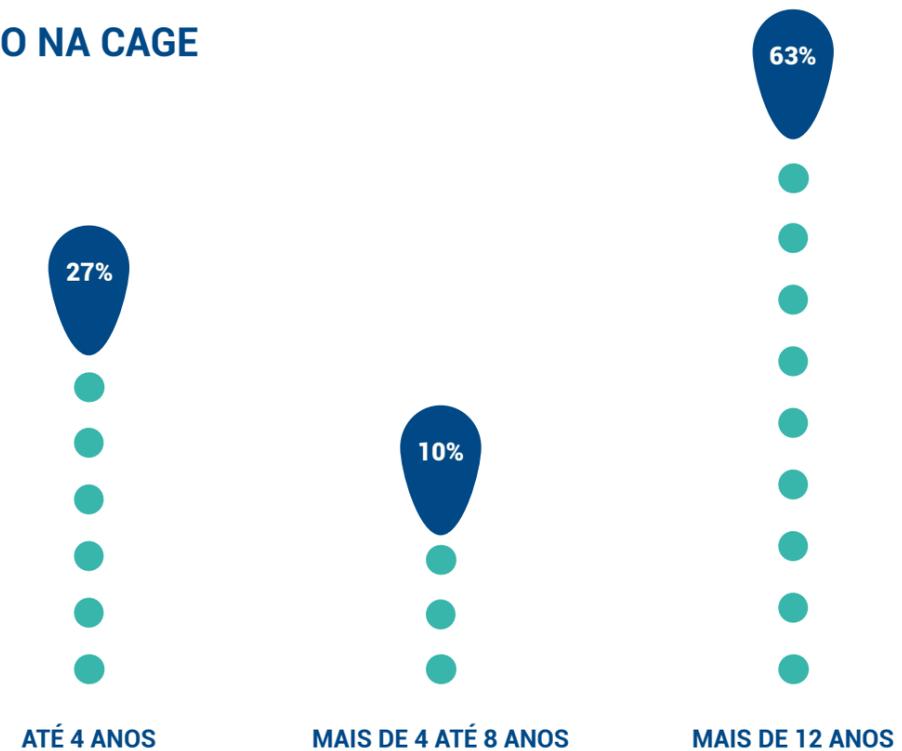
MULHER



FORMAÇÃO



TEMPO NA CAGE



● Capacitação

Por meio da capacitação contínua do seu quadro de servidores, a Cage realiza o desenvolvimento humano e organizacional, que é um dos pilares estratégicos da gestão. No ano de 2021, 130 colaboradores, o correspondente a 62% do quadro efetivo da Cage, participaram ao menos de um dos 87 cursos de capacitação, distribuídos nas seguintes áreas do conhecimento:

Controle Interno e Auditoria	TI e Ciência de Dados	Outros	Contabilidade e Finanças Públicas
25	12	12	10
Gerencial	<i>Compliance,</i> Integridade e Combate à Corrupção	Direito	Inovação e Governo Eletrônico
10	8	7	3

Pós-graduação

O investimento em capacitação, total ou parcial, promovido pela Secretaria da Fazenda, em 2021, foi a ordem de R\$ 380 mil (liquidado). Foram beneficiados 21 servidores em cursos de pós-graduação nas áreas de Estatística e Matemática Aplicada; Liderança e Gestão; Inovação e Transformação Digital; Licitações e Contratações Públicas; *Compliance* e Integridade; Ciência de Dados e TI; Gestão Pública; Controladoria e Auditoria; Direito Administrativo.

9600 Horas de Capacitação, 4X mais horas em relação ao ano de 2020

73 horas em média de capacitação por servidor

Mais que o **dobro** de horas em relação a 2020

● Capacitação de pessoal

Divisão de Controle da Administração Direta (DCD)

Servidores da DCD, 52 no total, participaram de 45 capacitações e pós-graduações, que totalizaram 3.809 horas, com destaque para:

Capacitação

Audi 1 - Formação Auditores Internos

Audi 2 - Formação Auditores Internos

Modelo IA-CM / *Compliance* e Anticorrupção na Administração Pública

Fundamentos da Integridade Pública: prevenindo a corrupção

Controles Internos (COSO ICIF 2013)

Nova Lei de Licitações

Comunicação e Oratória

Certificação em Liderança, Capacidade de Aprender e Resiliência

Pós-graduação

Licitações e Contratações Públicas

Tecnologia para Negócios

Big data, data science e data analytics

Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI)

Na DCI, 14 servidores em média participaram das seguintes capacitações:

Capacitação

AUDI 1 – Formação Auditores Internos

AUDI 2 – Formação Auditores Internos

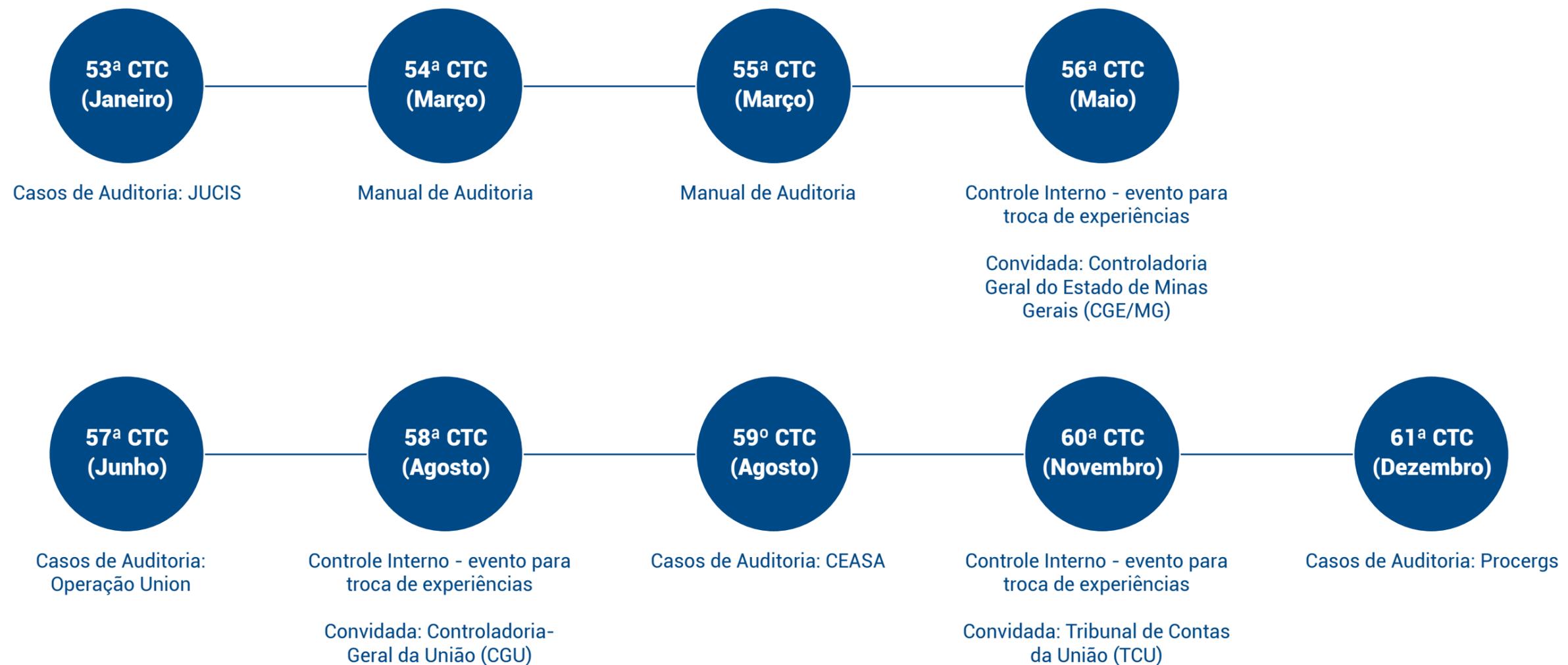
COSO ICIF - IIA

Report - IIA

Compliance Anticorrupção + certificação CPC-A

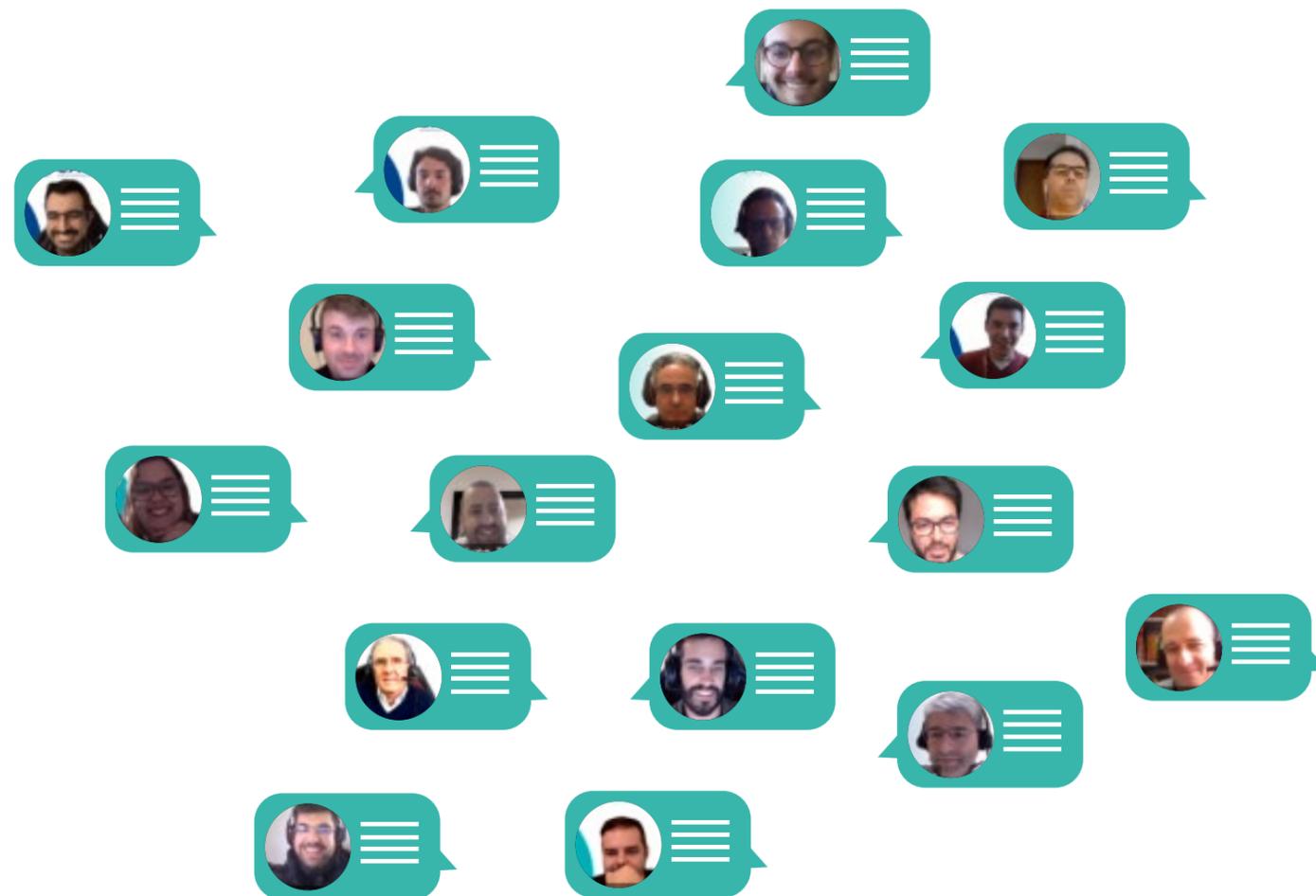
● Capacitação Interna

Em média, 24 servidores, entre auditores e técnicos da Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI) da Cage, colaboraram para a realização dos nove (9) encontros de Capacitação e Transmissão de Conhecimento (CTC). Auditores da Divisão de Controle da Administração Direta (DCD) da Cage participaram das edições 54 e 55 da CTC. Os encontros se propõem ao compartilhamento de experiências entre auditores sobre temas relacionados às auditorias realizadas pela Cage, especialmente, por meio do estudo de um caso concreto. Todas as capacitações de 2021 foram realizadas por meio virtual.



● Capacitação Interna

A equipe da Divisão de Estudos e Orientação (DEO) da Cage realizou o 1º evento de capacitação interna sobre a aplicação da Lei Anticorrupção. A capacitação, aconteceu em 22 de junho, e contou com a presença de mais de 80 servidores.



Na condição de representante da Cage no Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), a DEO participou da Ação nº 07/2021 da ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, cujo objetivo foi buscar a padronização do formato das publicações de atos envolvendo licitações/dispensas e contratos e possibilidades de uso das informações. Os resultados completos dessa Ação podem ser acessados no site da ENCCLA, em enccla.camara.leg.br

Para o biênio 2021/2022, a DEO passou a ter representante na Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI/RS, ocupando atualmente o assento de adjunto da Presidência. O Órgão colegiado é composto por nove secretarias do Estado, e atua como última instância recursal administrativa na análise de negativas de acesso à informação, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

A íntegra das decisões da Comissão pode ser acessada no site da Casa Civil, em centraldocidadao.rs.gov.br/decisoes-cmri

Promoção do Conhecimento

Visando qualificar a gestão pública, por meio da orientação construtiva, proativa e tempestiva, e pelo viés da cooperação com outras organizações para alcance de seus objetivos institucionais, servidores da Cage promoveram a disseminação do conhecimento, através de cursos e palestras, realizados ao longo de 2021.

Março/2021

Evento: 4º *workshop* virtual do Departamento Administrativo (DA) da Brigada Militar

Palestra: execução orçamentária.

Promoção: Brigada Militar.

Palestrante: coordenador da Seccional da Cage junto à Brigada Militar, auditor do Estado Júlio César Malheiros Mello.



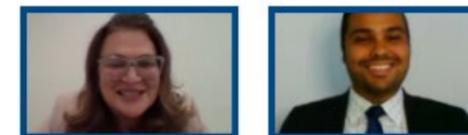
Abril/2021

Evento: webinar sobre o tema: A participação e desafios das empresas nas compras públicas considerando a nova Lei de Licitações.

Palestra: nova Lei de Licitações, sob o enfoque do controle interno.

Promoção: Observatório Social do Brasil – Gravataí e Glorinha/RS.

Palestrantes: auditores do Estado Dionísio Nascimento e Ednaldo Rufino, da Seccional da Cage junto à Central de Licitações (Celic-RS), vinculada à Divisão de Controle da Administração Direta (DCD).



Agosto/2021

1.Evento: curso em licitações e contratos para servidores do Tribunal de Justiça do Estado.

Palestra: capacitação para atuarem com base na Lei nº 14.133/2021, a partir dos cinco pilares: planejamento; modalidades de licitação; critérios de julgamento; procedimentos licitatórios (fase externa); e contratos administrativos.

Promoção: Cage e TJRS.

Palestrante: auditor do Estado Ednaldo Rufino, da Seccional da Cage junto à Central de Licitações (Celic-RS), vinculada à Divisão de Controle da Administração Direta (DCD).



Promoção do conhecimento

2. Evento: curso de formação para Delegados de Polícia.

Palestra: noções gerais sobre a Cage; montagem de processos de despesas, como por exemplo, ajuda de custo, termo de cooperação, dispensas de licitação; entre outros.

Promoção: Academia Civil Integrada de Segurança Pública (ACISP).

Palestrante: auditor do Estado Wagner Rufino dos Santos, da Seccional da Cage junto à Polícia Civil, vinculada à Divisão de Controle da Administração Direta (DCD).



3. Evento: apresentação de painel no webinar - Temas atuais em *Compliance*.

Palestra: Exigência de Programas de *Compliance* em contratos com o Estado do RS.

Promoção: Comissão Especial de *Compliance* da Ordem dos Advogados do Brasil OAB/RS, dentro da programação do mês da Advocacia.

Palestrantes: auditores do Estado Álvaro Santos e Felipe Reis, da Divisão de Estudos e Orientação (DEO).



Outubro/2021

Evento: treinamento Polícia Civil.

Curso: Investigação de Crimes licitatórios e os Aspectos Contábeis na Lavagem de Dinheiro.

Realização: Academia de Polícia Civil (Acadepol), em conjunto com a Divisão Estadual de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (DCCOR/DEIC), da Polícia Civil RS.

Palestrante: auditor do Estado Rodrigo Moreira Machado, da Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI).



Dezembro/2021

Evento: painel apresentado no XXIII Encontro Anual dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs).

Palestra: Fatores que Conduzem os COREDEs ao Alto Desempenho.

Promoção: COREDEs.

Palestrante: técnico tributário Lucas Carvalho, da Divisão de Controle da Administração Direta (DCD).



Certificação e Reconhecimento



O auditor do Estado, Diego Souza Mendonça, obteve o *CIA - Certified Internal Auditor* (Auditor Interno Certificado), que confere ao profissional a única designação internacionalmente reconhecida em auditoria interna. Razão pela qual, a certificação concedida pelo *The Institute of Internal Auditors (The IIA)* é considerada um instrumento atestador de competência e habilidade. Para obter a designação, um auditor com formação superior deve comprovar no mínimo dois anos de experiência em auditoria interna e ser aprovado nos três exames do programa, que compreende a resolução de um total de 325 questões sobre Princípios e Prática de Auditoria Interna e Conhecimento de Negócios para Auditoria Interna.



Leia a notícia em: <https://fazenda.rs.gov.br/conteudo/15619/diego-souza-mendonca-entra-para-historia-como-o-primeiro-auditor-da-cage-certificado-pelo-the-iaa/termosbusca=diego%20souza>

Foto: Divulgação/Cage



Álvaro Luís Gonçalves Santos, auditor do Estado, da Divisão de Estudos e Orientação (DEO) da Cage, também fez história ao se tornar o primeiro no Órgão a obter a Certificação Profissional em *Compliance* Anticorrupção (CPC-A), concedida pela Legal, *Ethics & Compliance* (LEC). A aprovação do auditor, alcançada com 87% de acertos no exame aplicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), capacita o profissional a implementar e aperfeiçoar um programa de *compliance*, em conformidade com o US Federal *Sentencing Guidelines* (Diretrizes de Sentenciamento Federal dos EUA) e com a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). Álvaro ingressou na Cage com a 5ª turma de auditores do Estado, empossados em maio de 2021.



Leia a notícia em: <https://fazenda.rs.gov.br/conteudo/15749/alvaro-santos-e-o-primeiro-auditor-da-cage-a-obter-certificacao-em-compliance-anticorrupcao-/termosbusca=%C3%81LVARO%20SANTOS>

Foto: Divulgação/Cage



O coordenador da Seccional da Cage junto à Brigada Militar, auditor do Estado Júlio César Malheiros Mello, foi agraciado com a medalha Coronel Walter Peracchi Barcellos, no grau prata. Ele recebeu a condecoração das mãos do diretor do DA, coronel Marcio de Azevedo Gonçalves, durante evento de celebração ao 23º aniversário do Departamento Administrativo da Brigada Militar. Em 2018, ele já havia recebido esta distinção, quando também era coordenador da Seccional da Cage junto à Brigada Militar, porém, na ocasião, a medalha conferida ao auditor foi no grau bronze.



Foto: Divulgação/Cage

● Grupos de Trabalho (Internos)

Os servidores da Cage, lotados no Gabinete e nas Divisões, compõe formalmente **28 colegiados** no âmbito da Secretaria da Fazenda. A maior parte são GTs permanentes, entre Comissões (7), Comitês (5), o Conselho Superior da Cage e os Grupos de Trabalho (13), que constituem a grande maioria. A Cage também participa de um Grupo Gestor, um Grupo de Governança e um Grupo Operacional.

● Comissão de Controle de Uso de Veículo Particular da Secretaria da Fazenda

Finalidade: administrar e orientar acerca dos acordos para uso de veículo de que trata a Instrução Normativa nº 04/2021, da SPGG. Executar as atribuições constantes no art. 3º e no § 2º do art. 6º da Instrução Normativa nº 04.

● Grupo Gestor da Transparência - Cage

Finalidade: responsável por ações que envolvam princípios de Transparência e Controle Social no âmbito da Cage.

● Grupo de Governança de TIC Local

Finalidade: definir estratégias, diretrizes e orientações para a aplicação da Política de TIC, bem como determinações e recomendações para o desenvolvimento das ações de TIC de forma integrada e sistêmica no âmbito da Sefaz.

● Conselho Superior da Cage

Finalidade: competências relacionadas na LC 13.451, Art. 8º.

● GT Plano Cage

Finalidade: prestar apoio à equipe diretiva da CAGE no que se refere ao Planejamento Estratégico.

● Comissão de Avaliação do Estágio Probatório dos Auditores do Estado

Finalidade: deliberar sobre assuntos relacionados ao Estágio Probatório dos Auditores do Estado.

● Comissão de Promoções da carreira de Auditor do Estado

Finalidade: deliberar sobre assuntos relacionados às Promoções da carreira de Auditor do Estado.

● Comitê de Controle da Secretaria da Fazenda

Finalidade: avaliar, registrar e propor as necessárias medidas à execução da Lei Complementar 10.933 de 1997 (PPE).

● GT EFD-Reinf

Finalidade: implantar a EFDReinf no Estado do Rio Grande do Sul.

● Comitê de Controle e Acompanhamento das Gratificações de Substituição

Finalidade: orientar e uniformizar procedimentos acerca das gratificações de substituição.

● GT Convênios, Parcerias e Termos de Cooperação

Finalidade: proceder à atualização e à operacionalização das Parcerias, dos Convênios, dos Termos de Cooperação, dos Termos de Compromisso, e dos Acordos de Cooperação Técnica, com vistas a estabelecer procedimentos uniformes relativos aos ajustes firmados pela Administração Pública Estadual.

● Grupos de Trabalho (Internos)

● GT BI - Business Intelligence

Finalidade: alinhar esforços para implantação e melhoria nos serviços de Big Data, Business Intelligence, Machine Learning, Inteligência Artificial e tecnologias relacionadas.

● Grupo Operacional de Tecnologia da Informação

Finalidade: tratar de assuntos operacionais de Tecnologia da Informação no âmbito da Sefaz.

● Comissão de Promoções da carreira de Auditor-Fiscal da Receita Estadual

Finalidade: deliberar sobre assuntos relacionados às Promoções da carreira de Auditores-Fiscais da Receita Estadual.

● Comissão de Promoções da carreira de Técnicos-Tributários da Receita Estadual

Finalidade: deliberar sobre assuntos relacionados às Promoções da carreira de Técnicos Tributários da Receita Estadual.

● GT Cartão de Pagamento

Finalidade: elaborar e propor projeto com vistas à implantação do uso de cartão de pagamento, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado.

● Comissão Setorial do Estágio Probatório da Secretaria da Fazenda

Finalidade: aplicar os procedimentos de avaliação e acompanhamento do estágio probatório dos servidores do quadro de pessoal efetivo da Secretaria da Fazenda.

● GT Integridade

Finalidade: realizar estudos para sistematização e proposta de normatização de parâmetros uniformes para a avaliação de que trata o art. 12, parágrafo único, do Decreto nº 54.581/2019.

● Comitê de Priorização de Projetos de TI

Finalidade: avaliar e deliberar acerca da prioridade de execução dos projetos de TI que compõem o portfólio do Órgão.

● Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis da Secretaria da Fazenda

Finalidade: bens imóveis inservíveis da Administração Pública Estadual

● GT LGPD

Finalidade: adequação da Sefaz à Lei Geral de Proteção de Dados

● GT Nova Lei de Licitações e Contratos

Finalidade: realizar estudos sobre a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, denominada Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, objetivando elaborar plano de ação relativo à implementação das normas e seus impactos nas atividades da Cage.

● GT IDP - Inventário de Dados Pessoais

Finalidade: criar o Inventário de Dados Pessoais - IDP e realizar demais atividades relacionadas a implantação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD no âmbito da Sefaz.

● Grupos de Trabalho (Internos)

● GT Boas Práticas Atos Administrativos

Finalidade: implementar o Manual de Boas Práticas de Padronização dos Atos Administrativos Normativos e Ordinatórios na Administração Pública Estadual, com vistas a estabelecer procedimentos uniformes relativos aos documentos expedidos pela Cage.

● GT Projeto APERS-PNUD

Finalidade: levantar subsídios para a reestruturação do Plano de Classificação de Documentos (PCD) e da Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) da administração direta e indireta do Poder Executivo.

● GT Reestruturação Cage (Grupo A)

Finalidade: proceder à análise e proposição de soluções que visem ao fortalecimento e à otimização do sistema de controle interno do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da atuação da Cage.

● GT Reestruturação Cage (Grupo B)

Finalidade: idem à supracitada.

● Comitê Consultivo da Ação Receita Certa

Finalidade: deliberar sobre definições de critérios de apuração do incremento real da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação – ICMS e de resolver casos omissos relacionados com a execução dessa ação.

● Grupos de Trabalho (Externos)

Externamente à Secretaria da Fazenda, no âmbito estadual e nacional, a Cage integra **29** colegiados.

● CTCNF - Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação

Finalidade: subsidiar a elaboração, pela Secretaria do Tesouro Nacional, das normas gerais relativas à consolidação das contas públicas.

● CMRI/RS - Comissão Mista de Reavaliação de Informações do Rio Grande do Sul

Finalidade: decidir, no âmbito da Administração Pública Estadual, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas entre outras competências.

● CETIC - Comitê Executivo de Tecnologia de Informação e Comunicação

Finalidade: executar as ações deliberadas pelo CGTIC, incluindo competências delegadas, consolidar e gerar insumos técnicos para o CGTIC e analisar as demandas dos GGTICs quanto à conformidade aos padrões de TIC e notas técnicas.

● CIT - Comitê Integrado de Transparência (integrante do Sistema de Governança e Gestão)

Finalidade: deliberar sobre as políticas de transparência governamental do Estado do Rio Grande do Sul.

● GT Sistema de Gestão de Contratos Públicos (GCP)

Finalidade: reavaliar o fluxo de dados, as funcionalidades, as integrações e as competências propostas para o Sistema de Gestão de Contratos Públicos - GCP - e apresentar um plano de trabalho para a implantação efetiva do Sistema.

● CONACI - Conselho Nacional de Controle Interno

Finalidade: desenvolvimento de uma atuação mais eficaz no controle da gestão pública.

● GEFE/RS - Grupo Estadual de Educação Fiscal

Finalidade: trabalhar no Estado a conscientização da função social do tributo, a participação do cidadão, o controle social e a transparência, mostrando a relação direta que há entre tributos e os serviços prestados.

● GA NBCASP/CFC - Grupo Assessor de Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Finalidade: convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

● GT SGO - Sistema de Gestão de Obras

Finalidade: apoiar e viabilizar a implantação do Sistema de Gestão de Obras - SGO, na Secretarias de Obras e Habitação.

● Grupos de Trabalho (Externos)

● GT Gestão de Compras do Estado

Finalidade: dar suporte à implantação do Sistema Gestão de Compras do Estado - GCE.

● GTCON/RS - Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul

Finalidade: promover a integração de esforços e a discussão de medidas que possibilitem a adaptação da contabilidade pública estadual às normas internacionais de Contabilidade.

● GT Lei 15.228/2018 (Lei Anticorrupção)

Finalidade: proceder estudos com vistas à regulamentação da Lei nº 15.228, de 25 de setembro de 2018.

● GT Revisão Legal Projeto Descomplica/RS

● Grupo Interinstitucional Contratações Emergenciais COVID-19

Finalidade: realizar levantamento de dados relacionados a contratações emergenciais, a doações e a demais ações vinculadas ao COVID-19, para fins de Transparência.

● Programa SUSTENTARE

Finalidade: tratar da destinação e do descarte de ativos eletroeletrônicos de órgãos e de entidades do RS.

● SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

Finalidade: assegurar o direito fundamental de acesso à informação, devendo ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as diretrizes estabelecidas no Decreto 49.111 de 2012.

● Comitê Módulo GCP

Finalidade: implantação e Manutenção do Módulo de Gestão de Contratos Públicos (GCP) do Sistema de Gestão de Compras do Estado (GCE) - Grupo Gestor de Projetos.

● GEFIN - GT Contabilidade

● GT Fiscalização Contratos Administrativos

Finalidade: elaborar duas ordens de serviços referentes à Fiscalização de Contratos Administrativos, bem como a atualização da Instrução Normativa 03/SMARH.

● GT Serviços de Limpeza

Finalidade: atualizar a Ordem de Serviço nº 10/2008 que estabelece os critérios de produtividade para a contratação de serviços terceirizados de limpeza, higienização e conservação no Estado do RS.

● GT Lei nº 15.612 - Processo Administrativo RS

Finalidade: elaborar proposta de regulamentação da Lei nº 15.612, de 06 de maio de 2021, que dispõe sobre o processo administrativo no Estado do RS, instituído pela Ordem de Serviço do Governador nº 008/2021.

● Grupo Temático Inteligência e Governança de Dados

Finalidade: facilitar o compartilhamento e a interoperabilidade de dados entre os órgãos do Poder Executivo estadual e entre outras instituições públicas ou privadas.

● GT Lei Federal nº 14.133 - Licitações e Contratos

Finalidade: elaborar proposta de regulamentação e de implementação, no âmbito da administração pública estadual, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos.

● Grupos de Trabalho (Externos)

● GT Plano Gaúcho de Governança e Integridade

Finalidade: elaborar e executar ações voltadas para implantação do Plano Gaúcho de Governança e Integridade no âmbito do Poder Executivo Estadual.

● GT Compensação Financeira FAS/RS

Finalidade: aprofundar as discussões relativas à compensação financeira do Fundo de Assistência à Saúde – FAS/RS.

● GEFIN - GT-16 - E-Social EFD Reinf

Finalidade: discutir o tema no âmbito do GEFIN.

● Comissão de Responsabilização da Pessoa Jurídica

Finalidade: integrar e auxiliar as Comissões Processantes do procedimento preliminar de investigação e do processo administrativo de responsabilização.

● Comitê de Definição de Parâmetros das OPMEs

Finalidade: acompanhar a definição de parâmetros para revisão, atualização, regramento e fixação da Tabela de Cobertura e Precificação das Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPMEs.

Sobre

Os Grupos de Trabalho promovem, principalmente, a interação e troca de conhecimento, e, deliberam sobre soluções e inovações com o propósito de qualificar o processo, a gestão e a transparência no uso do recurso público, através da implantação ou modernização de normativos, do aprimoramento de sistemas, de ferramentas de controle e da tecnologia da informação e comunicação. São formações permanentes e transitórias (28 internas e 29 externas), em que servidores participam na condição de membros titulares e suplentes ou como representantes de órgãos e/ou instituições das esferas estaduais e federais.

**Em destaque na cor azul os GTs criados no ano de 2021.*

● Cage presente e futuro

O ano de 2021, apesar de ainda ter se apresentado desafiador no que tange às questões de pandemia, saúde pública e todas as suas implicações para a sociedade e para o Estado, foi um ano de consolidação dos processos internos da Cage em relação a esta nova forma de trabalho, sendo observadas melhorias nos seus principais indicadores operacionais.

Mais uma vez, a atuação da Cage com foco na orientação de forma construtiva, proativa e tempestiva contribuiu para que os gestores públicos gerassem relevantes benefícios financeiros à sociedade gaúcha, atingindo montante superior a R\$ 280 milhões. A Cage também alcançou relevantes avanços nos seus projetos estratégicos nas áreas de transparência, ciência de dados, integridade e compliance e gestão de auditoria, com destaque para o novo Portal Transparência do RS.

Também merece destaque a recomposição do quadro de pessoal da Cage com o ingresso de auditores do Estado e técnicos tributários que reforçaram as suas equipes, almejando os desafios que se avizinham com os anos vindouros.

Com a melhoria da situação financeira do Estado, já foram anunciados investimentos da ordem de R\$ 6 bilhões pelo governo do Estado, no âmbito do programa Avançar, cuja execução se estenderá ao longo do ano de 2022. Caberá à Cage, através de suas funções institucionais, promover a boa governança dos recursos públicos e agregar valor à gestão pública com foco na efetividade das políticas públicas e bem-estar da sociedade gaúcha. Complementarmente, o projeto de reestruturação da Cage, que busca a modernização de suas estruturas e processos, a fim de melhor cumprir com sua missão e propósito, entrará na fase de proposição de soluções aos problemas e oportunidades diagnosticados da qual decorrerão diversas iniciativas e projetos a serem executados nos próximos anos.

Somos movidos por desafios e o futuro que se abre com a chegada do ano de 2022 está repleto deles, que demonstram a relevância e singularidade do papel da Cage na administração pública e na sociedade gaúcha.

Contadoria e Auditoria-Geral do Estado do RS



